



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 11 | novembro 2018



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia

GPEARI

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: novembro de 2018

Elaborado com informação disponível até ao dia 29 de novembro.

Editores:

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia

Rua da Prata, 8

0249-117 Lisboa

Telefone: +351 217 921 372

Fax: +351 217 921 398

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Rua da Alfândega, 5A

1110 - 016 Lisboa

Telefone: +351 218 823 390/91/96

Fax: +351 218 823 399

URL: <http://www.gpearl.gov.pt>

ISSN: 1747-9112



(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

Índice

Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	27
Artigos	33
Em Análise	35
Comércio a Retalho em Portugal	35
Iniciativas e Medidas Legislativas	47
Lista de Acrónimos	53

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * No 3.º trimestre de 2018, a produção industrial mundial desacelerou para 2,8% em termos homólogos (3,3% no 2.º trimestre), estendendo-se tanto às economias avançadas como aos países emergentes e em desenvolvimento. Quanto ao comércio mundial de mercadorias, este estabilizou, refletindo um crescimento mais robusto das trocas comerciais dos países emergentes; contrariando o abrandamento registado nas economias avançadas.
- * O PIB da zona da OCDE desacelerou ligeiramente para 2,4% em termos homólogos reais no 3.º trimestre de 2018 (2,5% no 2.º trimestre) influenciado sobretudo pelo abrandamento da economia europeia e do Japão; já que se assistiu a um reforço do crescimento dos EUA. No mesmo período, a taxa de inflação homóloga subiu para 2,9% para o conjunto dos países da OCDE (2,6% no 2.º trimestre).
- * Os indicadores disponíveis para o início do 4.º trimestre de 2018 para os EUA indicam um abrandamento da produção industrial; embora os indicadores associados ao consumo privado tivessem mantido um elevado dinamismo. Em outubro de 2018, a taxa de desemprego manteve-se em 3,7% e a taxa de inflação homóloga subiu para 2,5% (2,3% em setembro).
- * No 3.º trimestre de 2018, o PIB da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) desacelerou para 1,9% e 1,7% em termos homólogos reais, respetivamente (2,1% e 2,2%, designadamente, no 2.º trimestre), tendência que se estendeu à generalidade das economias. Em outubro de 2018, o indicador de sentimento económico continuou a diminuir tanto para a UE como para a área do euro, refletindo, para ambas as zonas, uma deterioração da generalidade dos indicadores de confiança dos empresários. A taxa de desemprego desceu quer para a UE, quer para a AE, para se situar em 6,7% e 8,1%, respetivamente no 3.º trimestre de 2018 (-0,8 e -0,9 p.p. em termos homólogos, respetivamente). Em outubro de 2018, a taxa de inflação da área do euro subiu para 2,2% em termos homólogos (2,1% em setembro) resultando sobretudo da aceleração dos preços de energia e, em termos de variação dos últimos 12 meses ascendeu a 1,7% (1,6% em setembro).
- * Em novembro de 2018 e, até ao dia 27, o preço *spot* do petróleo Brent caiu bruscamente, para se situar, em média, em 67 USD/bbl (59€/bbl) resultando, em parte, do excesso de oferta face à procura, coincidindo com a revisão em baixa do consumo de petróleo para 2019 indicado no relatório mensal da OPEP, divulgado em meados do mês de novembro.
- * As taxas de juro de curto prazo estabilizaram para a área do euro; enquanto prosseguiram a tendência ascendente para os EUA. Com efeito, em média e, até ao dia 27, a taxa Euribor a 3 meses situou-se em -0,32% e a dos EUA ascendeu a 2,64% (2,46% em outubro).
- * O euro continuou a depreciar-se face ao dólar, tendo atingido no dia 28 de novembro (1,13) refletindo, em parte, o efeito de políticas monetárias divergentes entre a área do euro e os EUA. Constata-se, ainda, também uma desvalorização da libra esterlina face à maioria das moedas internacionais associada, à persistência da incerteza em torno do *Brexit*, cujo acordo de saída do Reino Unido da União Europeia foi aprovado no Conselho Europeu Extraordinário de 25 de novembro.
- * Em novembro de 2018, a aversão ao risco continuou a dominar os mercados financeiros, levando à quebra dos índices bolsistas internacionais, culminando numa diminuição em termos acumulados de 10% para a área do euro e de quase 1% para o Dow Jones, invertendo a valorização dos últimos anos, para ambas as zonas.

Conjuntura Nacional

- * Segundo as Contas Nacionais Trimestrais do INE para o 3.º trimestre de 2018, o PIB apresentou um crescimento homólogo real de 2,1% do PIB, desacelerando face ao trimestre precedente.
- * No 3.º trimestre de 2018, o Consumo Privado apresentou um crescimento de 2,3% em termos homólogos, menos 0,4 p.p. do que no trimestre anterior. Este comportamento decorre sobretudo da desaceleração do consumo de bens duradouros (-3,5 p.p. para 5,3%), enquanto o consumo de bens correntes desacelerou ligeiramente (0,1 p.p.), crescendo 2%.
- * Os indicadores qualitativos de opinião dos agentes económicos apresentaram uma evolução negativa no trimestre terminado em outubro.
- * No 3.º trimestre de 2018, em termos homólogos, a FBCF registou um crescimento de 4,5%, 0,4 p.p. inferior ao observado no trimestre anterior.
- * O défice acumulado da balança corrente, nos primeiros nove meses do ano, cifrou-se em 923 milhões de euros (excedente acumulado de 345 milhões de euros no mesmo período de 2017). Tal resulta da deterioração nos saldos da balança de bens e de rendimentos primários.
- * A taxa de desemprego registada no terceiro trimestre de 2018 foi de 6,7%, mantendo-se inalterada face ao segundo trimestre e descendo 1,8 p.p. face ao terceiro trimestre de 2017. Enquanto isso, o Emprego registou um crescimento de 2,1% e a população ativa um crescimento ligeiro de 0,2%.
- * A variação do IPC, em outubro fixou-se nos 1% (menos 0,4 p.p. que em setembro), enquanto o IPC subjacente cresceu 0,4%. Já o IPPI cresceu 4,8%, 2% se excluída a componente energética.
- * No período compreendido entre janeiro e outubro, o sector das Administrações Públicas registou um saldo global excedentário de 259 milhões de euros, o que corresponde a uma melhoria de 2.072 milhões de euros relativamente ao período homólogo.
- * Em termos de contributos para o saldo global, à exceção da Administração Central (saldo negativo de 2.459 milhões de euros), devido ao comportamento do subsector Estado, todos os restantes sectores apresentaram saldos positivos. A Segurança Social obteve um saldo de 2.122 milhões de euros, a Administração Local um excedente de 562 milhões de euros e a Administração Regional um resultado de 34 milhões de euros.
- * A dívida das Administrações Públicas (critério de *Maastricht*) em setembro diminuiu 315 milhões de euros face ao mês anterior, fixando-se em 248.955 milhões de euros.
- * Em outubro, a dívida direta do Estado aumentou 2.301 milhões de euros relativamente ao mês anterior (0,9%), fixando-se em 247.384 milhões de euros, sendo que após cobertura cambial atingiu 246.455 milhões de euros. O aumento da dívida direta do Estado resulta, sobretudo, da emissão de Bilhetes do Tesouro no valor de 1.277 milhões de euros, da emissão líquida positiva de Obrigações do Tesouro de 611 milhões de euros e, com menor impacto, do aumento do saldo dos Certificados do Tesouro em 117 milhões de euros.

Comércio Internacional

- * Os **resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** recentemente divulgados¹ apontam para um crescimento homólogo das exportações de mercadorias de 6,7% nos primeiros nove meses de 2018. Neste mesmo período, as importações aumentaram 7,8%, o que levou a um agravamento do défice da balança comercial (fob-cif) de 12,4%, correspondendo a 1 304 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações foi de 78,7%, menos 0,8 p.p. que em igual período de 2017.

¹ Resultados mensais preliminares de janeiro a setembro de 2018.

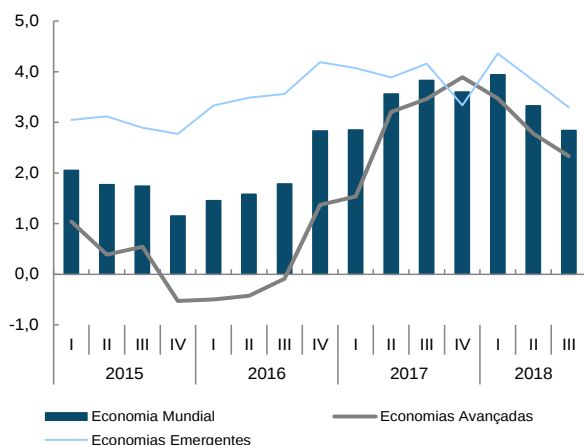
- * Nos primeiros nove meses de 2018, o crescimento homólogo das exportações de mercadorias (6,5%), excluindo os produtos energéticos, foi inferior ao crescimento das exportações totais. As importações registaram um crescimento (6,8%) superior das exportações, o que levou a um agravamento do saldo negativo da respetiva balança comercial em 8%.
- * No último ano a terminar em setembro de 2018, as exportações de mercadorias cresceram 7% em termos homólogos, com a generalidade dos grupos de produtos a contribuírem positivamente para este comportamento. Destaca-se o contributo dos “Material de transp. terrestre e suas partes” (3,9 p.p.), dos “Minérios e metais” (1 p.p.) e dos “Produtos acabados diversos” (0,7 p.p.). Nos primeiros nove meses de 2018, deve igualmente destacar-se o contributo positivo dos produtos “Material de transp. terrestre e suas partes” (3,8 p.p.), seguido do contributo dos “Minérios e metais” (0,8 p.p.) e dos “Agroalimentares”, “Energéticos” e dos “Produtos acabados diversos” (0,6 p.p.).
- * De janeiro a setembro de 2018, as exportações para o mercado comunitário cresceram 9,4%, em termos homólogos, e contribuíram em 7 p.p. para o crescimento das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE-15 registaram um crescimento de 8,5%, em termos homólogos, e as exportações para os países do Alargamento 25,7%, sendo os respetivos contributos para o crescimento do total das exportações de 6 p.p. e 1 p.p. As exportações para Espanha, o principal mercado de destino das exportações portuguesas de mercadorias (25,3% do total de janeiro a setembro de 2018), registaram o maior contributo Intra UE-15 (1,7 p.p.) para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para a França e a Alemanha (1,1 p.p. e 1 p.p., respetivamente).
- * Nos primeiros nove meses de 2018, as exportações para os Países Terceiros registaram uma taxa de variação homóloga negativa de 1,2%, passando a representar 24 % do total das exportações nacionais (-1,9 p.p. face ao período homólogo). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para a Canadá (11,9%), México (10,3%) e Turquia (10,2%).
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de setembro de 2018, as Exportações de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 6,9% nos primeiros nove meses de 2018. A componente de Serviços registou um melhor desempenho relativamente à dos Bens (7,1% e 6,8%, respetivamente), com a componente de Bens a apresentar maior contributo para o crescimento do total das exportações (4,3 p.p.).

1. Enquadramento Internacional

Atividade Económica Mundial

No 3.º trimestre de 2018, a produção industrial mundial desacelerou para 2,8% em termos homólogos (3,3% no 2.º trimestre) estendendo-se tanto às economias avançadas como aos países emergentes e em desenvolvimento.

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



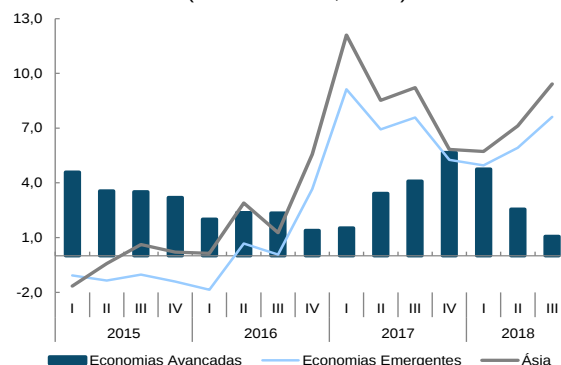
Fonte: CPB.

Quanto ao comércio mundial de mercadorias, este estabilizou, resultando do abrandamento das importações, o qual foi compensado pela aceleração das exportações mundiais.

De facto, no 3.º trimestre de 2018 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial aumentou para 3,5% (igual ao trimestre precedente);
- as importações abrandaram para 3,7% (3,9% no 2.º trimestre); enquanto as exportações mundiais aceleraram ligeiramente para 3,3%.

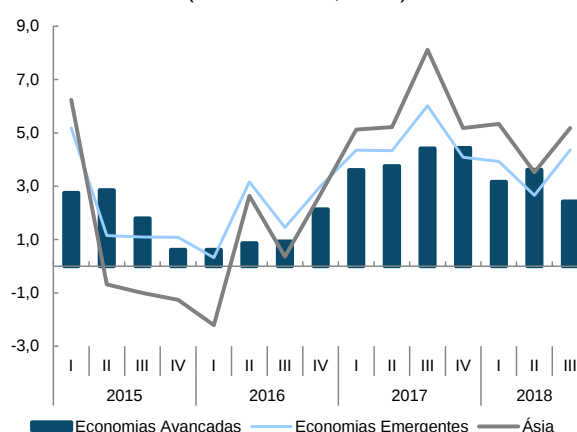
Figura 1.2. Importações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

A evolução das trocas comerciais no 3.º trimestre de 2018 indica que esta foi distinta para as economias avançadas e países emergentes. Com efeito, o crescimento do comércio externo dos países emergentes apresentou-se mais robusto; contrariando o recuo das exportações e importações das economias avançadas.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017		2018			2018			
				3T	4T	1T	2T	3T	jun	jul	ago	set
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	3,5	3,8	3,6	3,9	3,3	2,8	2,9	3,0	3,0	2,6
Economias Avançadas	VH	CPB	3,0	3,5	3,9	3,5	2,8	2,3	2,6	2,3	2,4	2,2
Economias Emergentes	VH	CPB	3,9	4,2	3,3	4,4	3,8	3,3	3,1	3,5	3,4	3,0
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	4,7	5,3	4,9	4,2	3,5	3,5	3,3	4,4	3,7	2,3
Importações Mundiais	VH	CPB	5,1	5,5	5,5	4,8	3,9	3,7	3,1	5,0	4,1	2,0
Economias Avançadas	VH	CPB	3,7	4,1	5,7	4,8	2,6	1,1	2,3	1,6	0,9	0,6
Economias Emergentes	VH	CPB	7,2	7,6	5,3	5,0	5,9	7,6	4,2	10,1	8,9	3,9
Exportações Mundiais	VH	CPB	4,3	5,1	4,3	3,5	3,2	3,3	3,5	3,9	3,3	2,7
Economias Avançadas	VH	CPB	4,1	4,4	4,4	3,2	3,6	2,4	4,2	3,1	2,3	1,9
Economias Emergentes	VH	CPB	4,7	6,0	4,1	3,9	2,7	4,4	2,6	4,8	4,6	3,7

Atividade Económica Extra-UE

No 3.º trimestre de 2018, o PIB da **OCDE** desacelerou ligeiramente para 2,4% em termos homólogos reais (2,5% no 2.º trimestre), influenciado sobretudo pelo abrandamento da União Europeia e do Japão; já que se assistiu a um reforço do crescimento dos EUA. Neste período, a taxa de inflação homóloga subiu para 2,9% para o conjunto dos países da OCDE (2,6% no 2.º trimestre).

Figura 1.4. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)

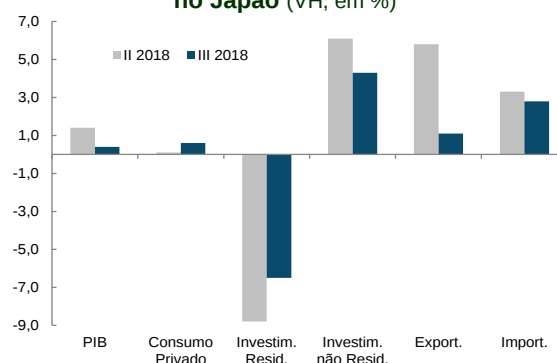


Fonte: Bureau of Economic Analysis.

No início do 4.º trimestre de 2018, os indicadores disponíveis para os **EUA** indicam algum abrandamento da atividade industrial, apesar da economia continuar com algum dinamismo. Com efeito, em outubro de 2018 e, em termos homólogos nominais:

- a produção industrial abrandou para 4,1% (5,6% em setembro), a par da diminuição dos indicadores de confiança dos empresários;
- as vendas a retalho aceleraram para 4,6% (4,2% no mês precedente) em linha com um forte crescimento do consumo privado;
- a taxa de desemprego manteve-se inalterada em 3,7% e a taxa de inflação homóloga subiu para 2,5% (2,3% em setembro).

Figura 1.5. PIB e componentes da Despesa em volume no Japão (VH, em %)

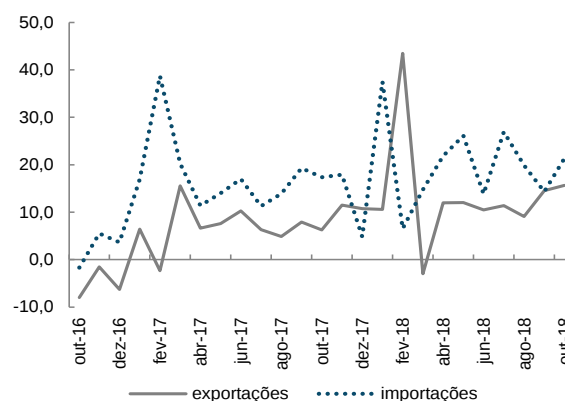


Fonte: Instituto de estatística do Japão.

No 3.º trimestre de 2018, o PIB do **Japão** desacelerou acentuadamente, para 0,4% em termos homólogos reais (1,4% no 2.º trimestre) devido sobretudo ao abrandamento das exportações e do investimento privado no segmento não residencial.

No início do 4.º trimestre de 2018, os indicadores disponíveis para a **China** indicam uma melhoria da produção industrial e um abrandamento das vendas a retalho. No âmbito externo, em outubro de 2018 e, em termos homólogos nominais, as exportações e importações de bens aumentaram para 15,6% e 21,4%, respetivamente (14,5% e 14,3%, designadamente).

Figura 1.6. Comércio Externo de Bens da China (VH nominal, em %)



Fonte: OMC.

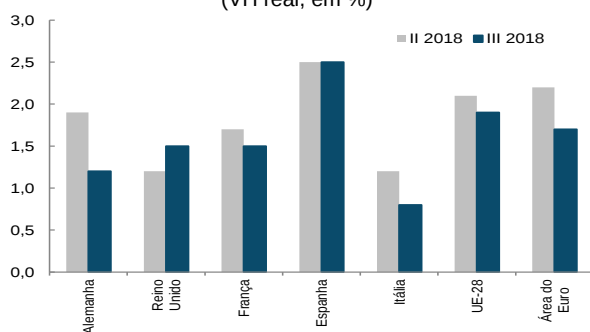
Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017		2018			2018			
				3T	4T	1T	2T	3T	jul	ago	set	out
EUA – PIB real	VH	BEA	2,2	2,3	2,5	2,6	2,9	3,0	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	16	13	3,0	3,4	3,5	5,1	4,1	5,4	5,6	4,1
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	57,5	58,7	58,7	59,7	58,7	59,7	58,1	61,3	59,8	57,7
Índice ISM dos Serviços	%	"	60,2	58,2	60,1	61,1	61,4	60,8	56,5	60,7	65,2	62,5
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	96,8	95,1	98,4	98,9	98,3	98,1	97,9	96,2	100,1	98,6
Taxa de Desemprego	%	BLS	4,4	4,3	4,1	4,1	3,9	3,8	3,9	3,9	3,7	3,7
China – PIB real	VH	NBSC	6,9	6,8	6,8	6,8	6,7	6,5	-	-	-	-
Exportações	VH	OMC	7,9	6,4	9,5	17,0	11,5	11,7	11,4	9,1	14,5	15,6
Japão – PIB real	VH	COGJ	1,7	2,0	2,0	1,1	1,4	0,4	-	-	-	-

Atividade Económica da UE

No 3.º trimestre de 2018, o PIB da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) desacelerou para 1,9% e 1,7% em termos homólogos reais, respetivamente (2,1% e 2,2%, designadamente, no 2.º trimestre), tendência que se estendeu às principais economias, com exceção do Reino Unido. Contudo, o indicador previewal do Banco de Itália, de outubro de 2018, o PIB trimestral em cadeia da área do euro melhorou pelo segundo mês consecutivo (0,2%, no 3.º trimestre).

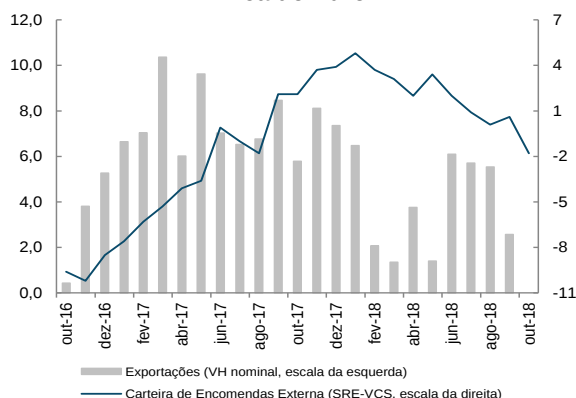
Figura 1.7. PIB da União Europeia
(VH real, em %)



Fonte: Eurostat.

Os indicadores quantitativos para a área do euro, no 3.º trimestre de 2018, indicam um abrandamento da produção industrial e das vendas a retalho; enquanto as exportações de bens aceleraram para 4,6% em termos homólogos nominais (3,7%, no 2.º trimestre).

Figura 1.8. Exportações e Encomendas Externas da Área do Euro



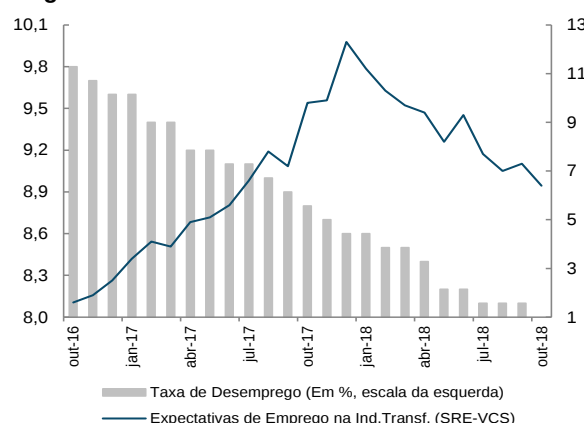
Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em outubro de 2018, o indicador de sentimento económico continuou a diminuir tanto para a UE como para a área do euro, refletindo, para ambas as zonas, uma deterioração da generalidade dos indicadores de confiança dos empresários.

No 3.º trimestre de 2018, a taxa de desemprego desceu para 6,7% e para 8,1% na UE e na AE, respetivamente (-0,8 p.p. e -0,9 p.p. face ao período homólogo).

Em outubro de 2018, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego pioraram para os sectores da indústria transformadora e comércio a retalho; enquanto melhoraram para os serviços e construção.

Figura 1.9. Mercado de Trabalho da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

No 3.º trimestre de 2018, o emprego da área do euro abrandou, tendo aumentado para 1,3% em termos homólogos (1,5% no trimestre precedente), acompanhado de uma produtividade menos intensa, cujo aumento foi de 0,4% em termos homólogos (0,7% anteriormente).

Em outubro de 2018, a taxa de inflação homóloga da área do euro subiu para 2,2% (2,1% em setembro) devido sobretudo à aceleração dos preços de energia. Também nesse mês e, em termos de variação dos últimos 12 meses, a taxa de inflação global subiu para 1,7% (1,6% em setembro).

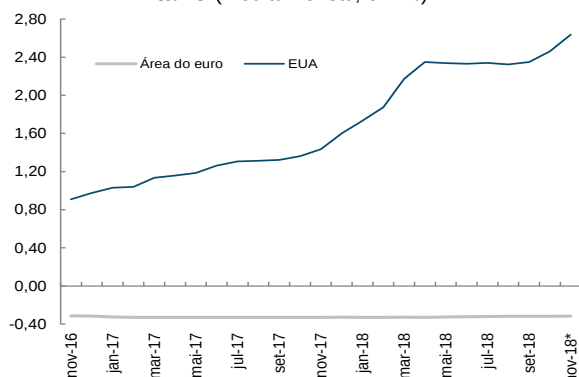
Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017		2018			2018			
				3T	4T	1T	2T	3T	jul	ago	set	out
União Europeia (UE-28) – PIB real	VH	Eurostat	2,4	2,8	2,6	2,3	2,1	1,9	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	111,1	111,9	114,1	114,0	112,5	111,9	112,3	112,2	111,2	110,4
Área do Euro (AE-19) – PIB real	VH	Eurostat	2,4	2,8	2,7	2,4	2,2	1,7	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	110,8	111,8	114,3	114,0	112,5	111,5	112,1	111,6	110,9	109,8
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	2,9	4,0	3,9	3,3	2,3	0,7	0,5	0,9	0,7	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	2,3	2,6	2,0	1,6	1,6	1,3	1,1	1,9	0,9	:
Taxa de Desemprego	%	"	9,1	9,0	8,7	8,5	8,3	8,1	8,1	8,1	8,1	:
IHPC	VH	"	1,5	1,4	1,4	1,3	1,7	2,1	2,1	2,0	2,1	2,2

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Em novembro de 2018 e, até ao dia 27, a taxa Euribor a 3 meses estabilizou para a área do euro (-0,32%); enquanto a Libor dos EUA prosseguiu a tendência ascendente, para se situar em 2,64% (2,46% em outubro).

Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do mercado monetário (Média mensal, em %)



Fontes: BCE; IGCP. * Média até ao dia 27.

Em outubro de 2018, as taxas de juro de longo prazo subiram tanto nos EUA como na área do euro. Mais, recentemente, em alguns países periféricos (Itália) assistiu-se a um aumento do diferencial face à taxa de rentabilidade do título de dívida soberana da Alemanha, associado, em parte, à recomendação da CE para a abertura de um Procedimento por Défice Excessivo.

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)



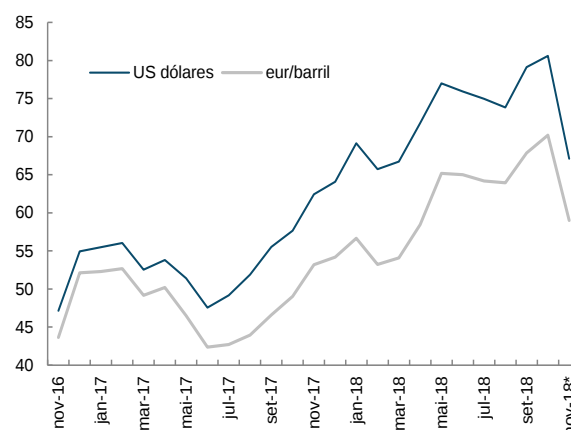
Fonte: Banco de Portugal. Para novembro, o valor é do dia 28.

Em novembro de 2018, o euro continuou a depreciar-se face ao dólar, tendo atingido no dia 28 (1,13) refletindo, em parte, o efeito de políticas monetárias divergentes entre a área do euro e os EUA, antecipando-se, nomeadamente, uma nova subida das taxas de juro federais da Reserva Federal para o próximo mês de dezembro. E, ainda, constata-se também uma desvalorização da libra esterlina face à maior parte das moedas internacionais devido à persistência da incerteza em torno do *Brexit*.

Em outubro de 2018, o índice de preços relativo ao preço do petróleo importado subiu para 63,7 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979).

Em novembro de 2018 e, até ao dia 27, o preço do petróleo *Brent* caiu bruscamente, para se situar, em média, em 67 USD/bbl (59€/bbl) resultando, em parte, da revisão em baixa das perspetivas de consumo de petróleo para 2019 indicada no relatório da OPEP divulgado em meados do mês.

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média até ao dia 27

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017		2018			2018			
				3T	4T	1T	2T	3T	jul	ago	set	out
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	-0,33	-0,33	-0,33	-0,33	-0,32	-0,32	-0,32	-0,32	-0,32	-0,32
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	2,33	2,24	2,37	2,76	2,92	2,93	2,89	2,89	3,00	3,15
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	1,17	1,12	0,99	1,16	1,22	1,30	1,20	1,37	1,32	1,56
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,199	1,181	1,199	1,232	1,166	1,158	1,174	1,165	1,158	1,132
Dow Jones*	VC	Yahoo	25,1	4,9	10,3	-2,5	0,7	9,0	4,7	2,2	19	-5,1
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	6,5	4,4	-2,5	-4,1	10	0,1	3,8	-3,8	0,2	-5,9
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	54,79	52,19	61,38	67,19	74,90	75,98	74,98	73,85	79,11	80,61
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	21,6	11,11	19,97	22,85	47,09	45,60	52,6	42,3	42,5	39,8
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	19,2	5,6	9,8	6,4	35,7	47,1	50,3	45,5	45,6	43,1
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	42,0	38,4	45,6	48,8	54,1	56,9	58,3	54,9	57,5	63,7

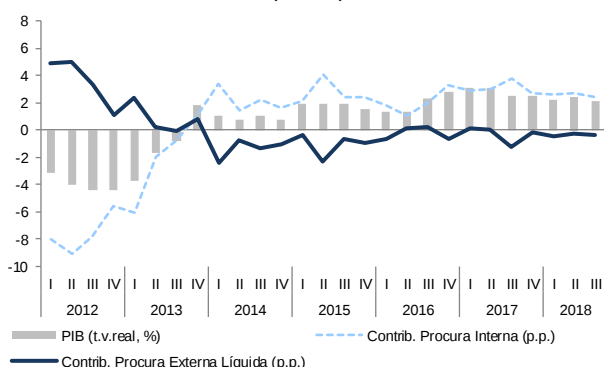
* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflator do PIB em Portugal.

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

As estimativas das Contas Nacionais Trimestrais do INE para o 3.º trimestre de 2018 apontam para um crescimento homólogo real de 2,1% do PIB, desacelerando 0,3 p.p. face ao trimestre precedente. Esta variação resultou essencialmente de um abrandamento da procura interna, não obstante a manutenção do crescimento do investimento. No entanto, em semelhança ao observado no trimestre precedente, a procura externa líquida teve um contributo negativo, com uma desaceleração em volume das exportações e importações de bens e serviços.

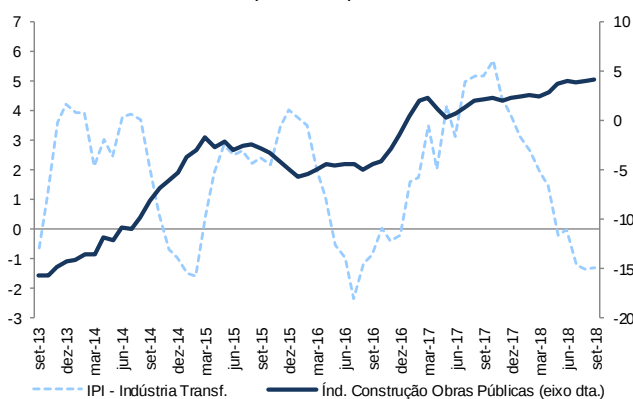
Figura 2.1. Produto Interno Bruto
(VH, %)



Fonte: INE.

Os dados do INE revelam que, no 3.º trimestre, o Indicador de Atividade Económica diminuiu, face ao trimestre anterior (2 e 2,4, respetivamente).

Figura 2.2. Índices de Produção
(VH, MM3)



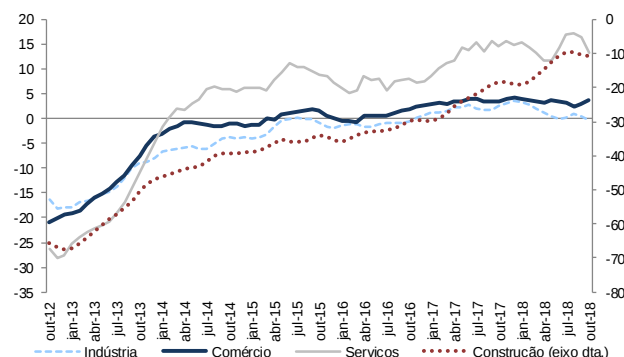
Fonte: INE.

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao 3.º trimestre, mostram que, em termos homólogos:

- na indústria transformadora, o índice de produção registou uma diminuição (-1,3%) e o índice de volume de negócios um acréscimo de 4,1% (0% e 2% no 2.º trimestre de 2018, respetivamente);
- o índice de produção na construção e obras públicas continuou a tendência de crescimento iniciada em janeiro deste ano, registando um aumento de 4,2%, acelerando 0,2 p.p. face ao 2.º trimestre;
- o índice de volume de negócios nos serviços apresentou um crescimento significativo face ao período homólogo (5,8%), desacelerando 0,2 p.p. face ao trimestre terminado no mês anterior;
- o índice de volume de negócios no comércio a retalho registou um aumento de 2,5%, mas com uma diminuição de 0,9 p.p. face ao observado no 2.º trimestre do ano.

Comparando o trimestre terminado em outubro com o 3.º trimestre, assistiu-se a uma melhoria dos indicadores de confiança dos sectores do comércio, acompanhadas por uma ligeira deterioração na indústria, nos serviços e construção.

Figura 2.3. Indicadores de Confiança
(SRE, MM3)



Fonte: INE.

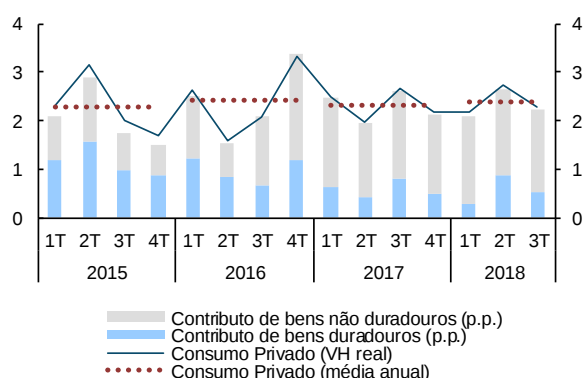
Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017		2018			2018				
				3T	4T	1T	2T	3T	jun	jul	ago	set	out
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	2,8	2,5	2,5	2,2	2,4	2,1	:	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	2,0	2,2	2,0	2,1	2,5	2,4	2,5	2,5	2,5	2,4	2,4
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	2,3	1,8	3,5	2,1	0,0	0,4	0,5	0,9	1,6	-1,2	-1,1
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	3,7	3,4	4,2	3,5	3,5	2,8	2,9	1,9	2,6	3,9	4,8
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	13,8	15,6	14,8	13,2	14,4	16,5	18,9	18,3	14,5	16,7	8,6
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-22,2	-19,2	-19,0	-16,5	-10,7	-10,3	-9,0	-9,4	-9,9	-11,6	-11,2
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	3,9	5,2	3,8	1,9	0,0	-1,3	-0,6	-0,9	-2,6	-0,4	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	6,3	8,7	1,9	-2,1	2,0	4,1	-3,0	1,7	5,1	5,6	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	6,7	7,2	5,7	5,5	6,6	5,8	6,0	6,3	5,7	5,4	:

Consumo Privado

As Contas Nacionais do INE apontam para que o Consumo Privado tenha registado um crescimento de 2,3% em termos homólogos reais (0,7% em cadeia), desacelerando face aos 2,8% registados no segundo trimestre. A evolução desta componente do PIB reflete sobretudo uma desaceleração do consumo de bens duradouros (de 8,8% para 5,3%), enquanto o consumo de bens correntes cresceu 2%, ligeiramente abaixo dos 2,1% registados no trimestre precedente.

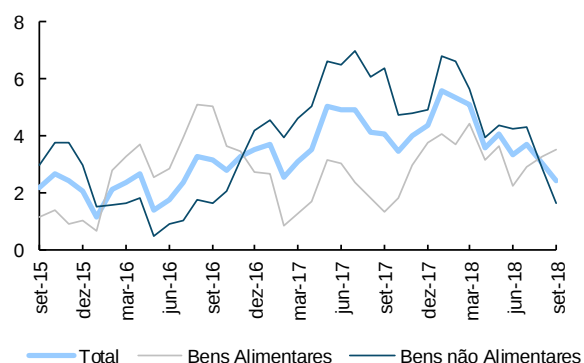
Figura 2.4. Consumo Privado e contributos
(VH, %)



Fonte: INE.

Em igual período, o índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho cresceu 2,5%, o que traduz uma desaceleração de 0,9 p.p. face ao segundo trimestre. A componente não alimentar, que cresceu 1,6%, determinou este comportamento ao desacelerar 2,6 p.p.. Por seu turno, a componente alimentar cresceu 3,5%, 1,3 p.p. acima do segundo trimestre.

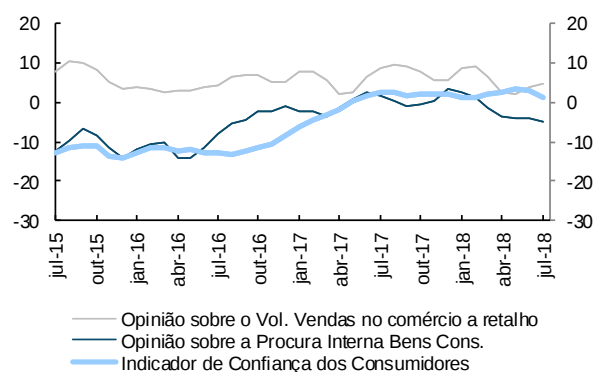
Figura 2.5. Volume de Negócios do Comércio a Retalho
(MM3, VH, %)



Fonte: INE.

Os indicadores qualitativos, disponíveis até outubro, registaram uma evolução negativa. Com efeito, o indicador de confiança dos consumidores evoluiu negativamente, assim como a opinião destes relativamente à aquisição de bens duradouros. No caso dos indicadores de opinião dos empresários, a opinião destes relativamente ao volume de negócios no Comércio a Retalho evoluiu negativamente, enquanto a opinião relativa à procura interna de bens consumo permaneceu estável.

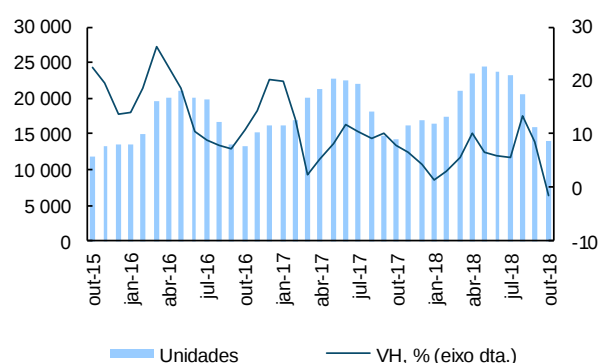
Figura 2.6. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores
(SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

No mês de outubro foram vendidos 13 956 veículos ligeiros de passageiros, uma diminuição homóloga de 12,2%. Em termos acumulados, entre janeiro e outubro, foram vendidos 196 633 veículos, mais 4,9% do que em igual período do ano transato.

Figura 2.7. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros
(MM3)



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017		2018			2018				
				3T	4T	1T	2T	3T	jun	jul	ago	set	out
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	2,3	2,7	2,2	2,2	2,7	2,3	-	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SER-VE	"	0,5	1,5	2,3	2,0	2,8	-1,4	1,3	-1,4	-1,3	-1,5	-0,4
Confiança Comércio Retalho: Vendas últimos 3 meses	SER-VE	"	6,5	8,9	5,4	6,5	3,9	4,4	4,5	5,2	4,4	3,5	3,2
Índice de Vol. De Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	4,1	4,1	4,4	5,1	3,4	2,5	3,0	2,2	3,8	1,3	:
Bens Alimentares	VH	"	2,3	1,3	3,8	4,4	2,2	3,5	2,1	1,5	6,2	2,7	:
Bens não alimentares	VH	"	5,6	6,4	4,9	5,6	4,3	1,6	3,8	2,8	1,9	0,1	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	7,1	10,1	4,5	5,6	6,0	8,5	5,6	13,7	28,7	-14,0	-12,2
Importação de Bens de Consumo***	VH	INE	7,2	5,3	6,6	2,6	5,4	3,0	4,6	6,5	3,5	-0,9	:

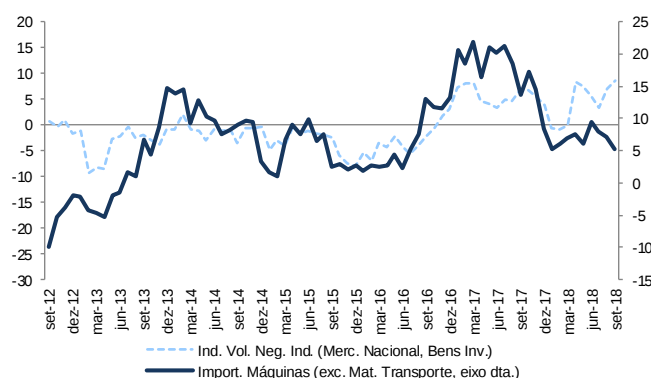
* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; de acordo com a nova base 2015=100; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

Investimento

Os dados para o trimestre terminado em outubro mostram que:

- as vendas de veículos comerciais ligeiros registaram um crescimento homólogo de 7,4% (5,4% no 3.º trimestre de 2018), acompanhado pela variação de 11,4% na venda de veículos comerciais pesados (um aumento de 13,4 p.p. face ao trimestre terminado em setembro);
- as vendas de cimento registaram uma variação homóloga de 2,8% (o que compara com 3,5% no 3.º trimestre);
- a opinião dos empresários sobre o volume de vendas de bens de investimento no comércio por grosso desacelerou ligeiramente, quando comparado com o 3.º trimestre.

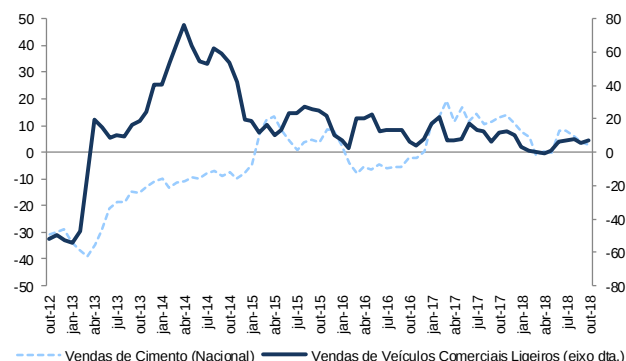
Figura 2.8. Bens de Equipamento
(VH, MM3)



Fonte: INE.

O indicador de FBCF publicado pelo INE, para o 3.º trimestre do ano, apresentou uma variação homóloga de 1,3%, representando uma diminuição de 8,6 p.p. face ao mesmo período de 2017, tendo a componente de máquinas e equipamentos aumentado 0,8% apesar da sua desaceleração relativamente ao mesmo trimestre do ano passado (-12 p.p.).

Figura 2.9. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)

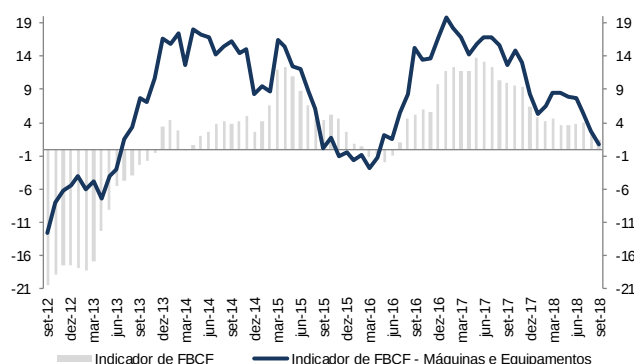


Fontes: ACAP, Secil, Cimpor.

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao 3.º trimestre de 2018, mostram que, em termos médios homólogos:

- o índice de volume de negócios da indústria de bens de investimento para o mercado nacional registou um acréscimo de 8,5% (5,8% no 2.º trimestre do ano);
- a importação de máquinas e outros de bens de capital exceto material de transporte cresceu 5,3% (uma diminuição de 4,2 p.p. face ao trimestre anterior);
- as licenças de construção de fogos cresceram 28,1%, fixando-se 17,7p.p. abaixo do registado no 2.º trimestre de 2018.

Figura 2.10. Indicador de FBCF e Componentes
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

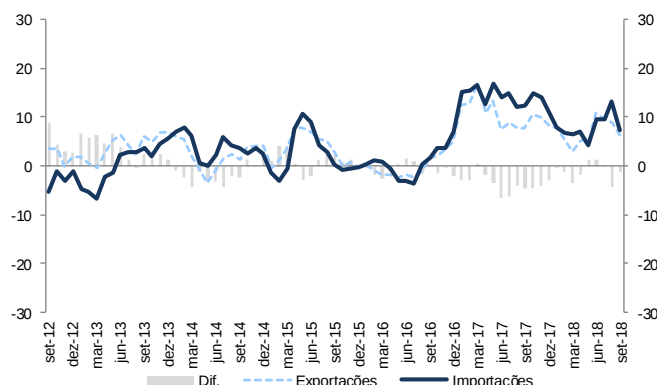
Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017		2018			2018				
				3T	4T	1T	2T	3T	jun	jul	ago	set	out
FBC – CN Trimestrais	VH Real	INE	9,2	11,5	6,9	6,1	4,4	4,4	:	:	:	:	:
da qual, FBCF	VH Real	"	9,2	9,3	6,1	4,3	4,1	4,5	:	:	:	:	:
Indicador de FBCF	VH/mm3	"	12	9,9	6,4	4,6	3,7	13	3,7	3,9	2,2	13	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-11	11,7	11,0	-11	8,0	3,5	6,7	11,1	0,8	-17	8,9
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	2,9	6,3	10,2	-0,2	6,3	5,4	11,3	-2,9	16,1	4,8	3,0
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	4,9	39,6	6,3	-0,8	3,7	-2,0	9,0	-25,0	18	17,4	13,2
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-8,5	9,7	2,8	4,9	4,4	3,5	8,7	3,2	11,2	-3,9	19
Licenças de Construção de fogos	VH	"	14,6	22,7	17,5	314	45,7	28,1	63,6	49,4	515	-5,8	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	0,6	13,7	8,5	6,9	9,4	5,3	6,7	11,0	3,5	11	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-11	6,8	4,0	0,0	5,8	8,5	1,5	8,1	10,9	112,4	:

*no Comércio por Grosso; **excepto Material de Transporte; ***para o Mercado Nacional.

Contas Externas

Em termos homólogos nominais, os dados relativos ao comércio internacional de bens, divulgados pelo INE para o 3.º trimestre, apontam para um acréscimo das exportações e das importações, sendo este mais acentuado no caso das importações (6,1% e 7,3%, respetivamente).

Figura 2.11. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)



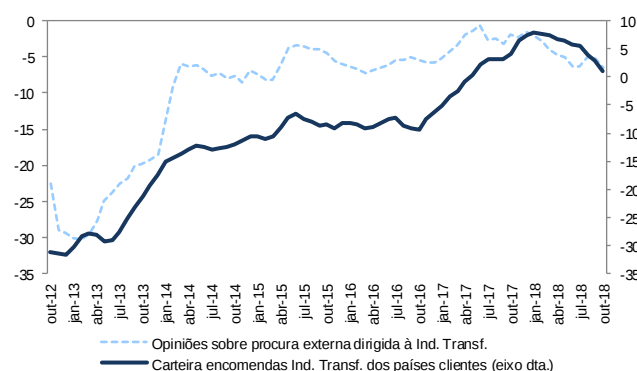
Fonte: INE.

Também neste trimestre, e em termos homólogos nominais:

- a componente extracomunitária das importações registou um aumento de 19,3%, um valor 7,9 p.p. superior ao registado no 2.º trimestre. Já as importações oriundas do mercado intracomunitário aumentaram 3,5% (diminuindo 5,4 p.p. face ao trimestre precedente);
- nas exportações de bens, o mercado intracomunitário apresentou um aumento de 8,4%, enquanto o mercado extracomunitário diminuiu -0,2% em termos homólogos (-4,7 p.p. e -4,4 p.p. relativamente ao 2.º trimestre, respetivamente). Assim, a taxa de cobertura do comércio internacional situa-se em 77,1%, neste trimestre, diminuindo 1,6 p.p. comparativamente ao 2.º trimestre de 2018.

Por seu lado, no trimestre terminado em outubro, as opiniões sobre a procura externa na indústria continuaram evoluíram negativamente, acompanhando a tendência observada no 1.º semestre de 2018.

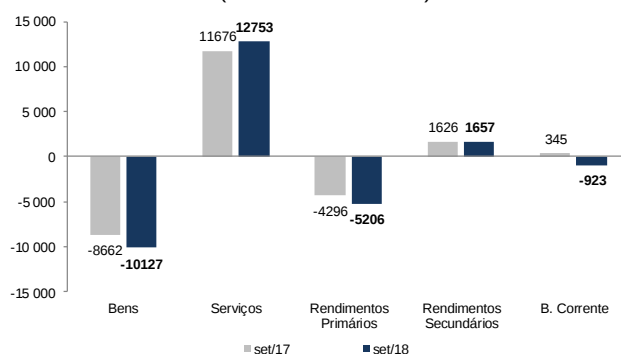
Figura 2.12. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Até setembro de 2018, o saldo acumulado da balança corrente foi de -923 milhões de euros, o que representa uma redução de 1 268 milhões de euros em termos homólogos. Apesar da elevação de 1 077 milhões de euros na balança de serviços e 30 milhões em rendimentos secundários, este resultado espelha, essencialmente, a deterioração de 1465 e 909 milhões de euros na balança de bens e rendimentos primários, respetivamente.

Figura 2.13. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: BdP. Séries ajustadas de sazonalidade.

No mesmo período, a balança corrente e de capital apresentou uma capacidade de financiamento de 463 milhões de euros (uma diminuição de 1 114 milhões de euros face ao mesmo período acumulado de 2017).

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017		2018			2018				
				3T	4T	1T	2T	3T	mai	jun	jul	ago	set
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	7,8	6,2	7,2	4,9	7,1	3,1	:	:	:	:	:
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	8,1	8,7	7,2	5,6	7,5	3,5	:	:	:	:	:
Saldo de Bens e Serviços*	% PIB	"	0,8	0,8	0,8	0,7	0,7	:	:	:	:	:	:
Capacidade de financiamento da economia*	% PIB	"	11	11	11	11	0,7	:	:	:	:	:	:
Saídas de Bens	VH nom	"	10,0	7,7	8,3	3,1	10,8	6,1	6,4	9,3	13,8	2,3	17
Entradas de Bens	VH nom	"	13,5	12,4	11,2	6,6	9,5	7,3	-0,2	17,2	13,0	8,7	0,5

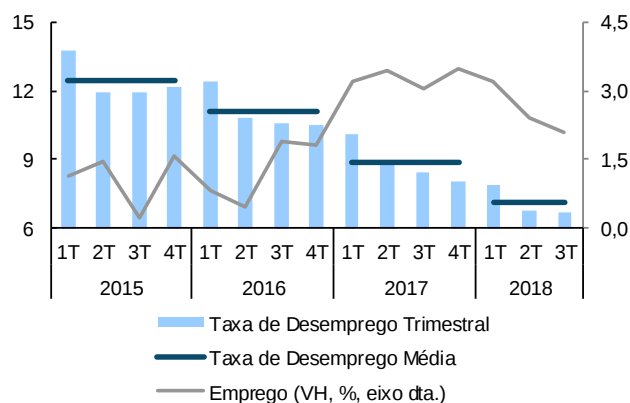
* Dados trimestrais referem-se ao ano terminado no respetivo trimestre.

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017		2018			2017	2018	Dif.
				3T	4T	1T	2T	3T	jan-set	jan-set	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BdP	2 699	2412	1123	-78	-1600	2140	1576	463	-1114
Saldo Balança de Bens	"	"	-12 108	-3151	-3446	-3075	-3498	-3554	-8662	-10127	-1465
Saldo Balança de Serviços	"	"	15 619	5581	3943	2563	4195	5995	11676	12753	1077
Saldo Balança de Rendimentos Primários	"	"	-4 859	-1136	-562	-379	-3233	-1594	-4296	-5206	-909
Saldo Balança de Rendimentos Secundários	"	"	2 226	625	600	483	533	641	1626	1657	30

Mercado de Trabalho

Os dados mais recentes do Inquérito Trimestral ao Emprego do INE, apontam para que a taxa de desemprego se tenha fixado nos 6,7% no terceiro trimestre de 2018, mantendo-se inalterada face ao segundo trimestre, e menos 1,8 p.p. face ao período homólogo. Esta evolução reflete um aumento do Emprego de 2,1%, num contexto de aumento ligeiro (0,2%) da população ativa.

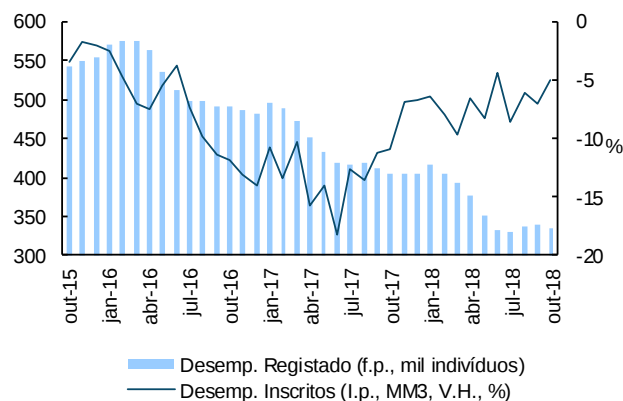
Figura 2.14. Emprego e Taxa de Desemprego



Fonte: INE.

No final de outubro, estavam inscritas, nos Centros de Emprego, cerca de 334 mil pessoas, menos 17,4% do que em igual período de 2017. Já o número de indivíduos que se inscreveram ao longo do mês de referência ascendeu a cerca de 53 mil, menos 1,9% em termos homólogos.

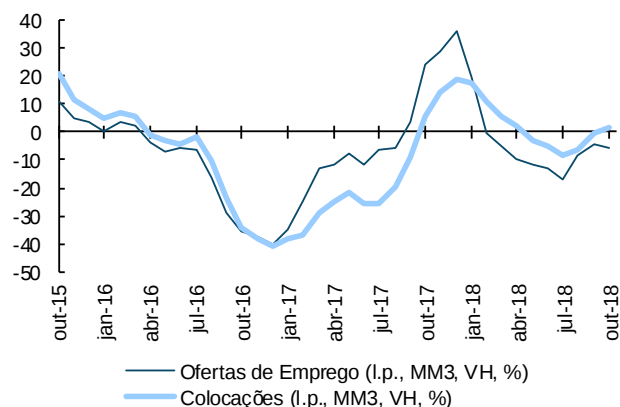
Figura 2.15. Desemprego



Fonte: IEFP.

O número de ofertas de emprego registou uma quebra homóloga de 14,8% em outubro, enquanto as colocações caíram apenas marginalmente (0,1%). Desta forma, o rácio entre ofertas e colocações fixou-se nos 60,1%, subindo 8,9 p.p. face a igual período de 2017.

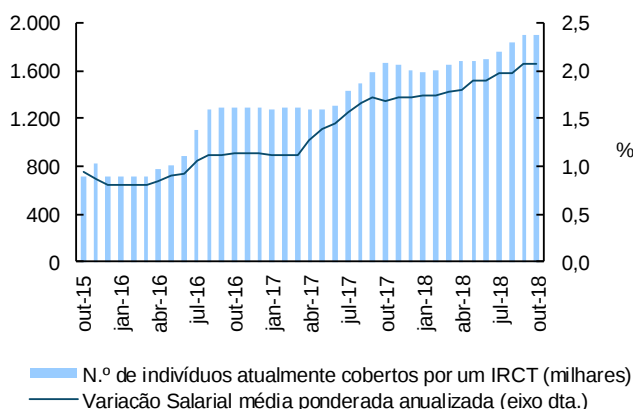
Figura 2.16. Ofertas de Emprego e Colocações
(MM3, VH)



Fonte: IEFP.

Estima-se que, no final de outubro, cerca de 1,9 milhões de trabalhadores se encontrassem abrangidos por Instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho, um aumento de aproximadamente 14,1% face ao período homólogo. Já o aumento das remunerações médias implícitas fixou-se nos 2,1%, inalterado face a setembro.

Figura 2.17. Contratação Coletiva



Fonte: MESS, estimativas GPEARI.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

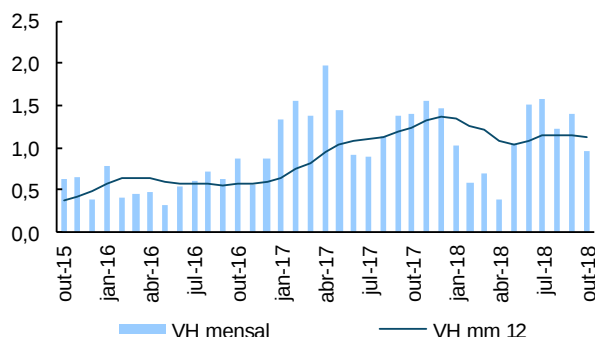
Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017		2018			2018				
				3T	4T	1T	2T	3T	jun	jul	ago	set	out
Taxa de Desemprego*	%	INE	8,9	8,5	8,1	7,9	6,7	6,7	6,8	6,8	6,9	6,6	:
Emprego Total*	VH	"	3,3	3,0	3,5	3,2	2,4	2,1	2,8	2,2	2,1	2,0	:
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	-16,3	-16,3	-16,3	-16,6	-20,5	-17,5	-20,5	-20,6	-19,1	-17,5	-17,4
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	-11,5	-11,2	-6,8	-9,7	-4,4	-7,0	-6,2	-8,0	-4,1	-8,5	-1,9
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	-1,5	3,7	36,0	-4,8	-13,2	-4,6	-9,4	-14,0	-0,3	0,6	-14,8
Contratação Coletiva	VH	MTSSS	1,7	1,7	1,7	1,8	1,9	2,1	1,9	2,0	2,0	2,1	2,1
Índice do Custo do Trabalho** - Portugal	VH	INE	2,1	-1,2	4,1	-1,4	1,1	1,5	-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho** - AE	VH	Eurostat	1,7	2,0	1,8	2,3	2,4	:	-	-	-	-	-

*Valores Trimestrais do Inquérito Trimestral ao Emprego. Valores mensais das Estimativas Mensais (ajustadas de sazonalidade). **Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

Preços

Em outubro, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou um crescimento homólogo de 1%, menos 0,4 p.p. do que em setembro. Em termos médios homólogos dos últimos 12 meses, o aumento do IPC cresceu 1,1% (-0,1 p.p.).

Figura 2.18. Taxa de Variação do IPC
(VH, %)

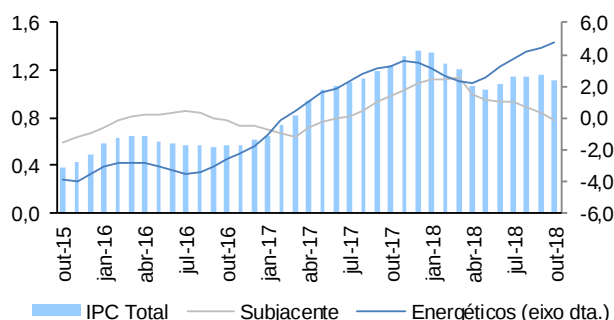


Fonte: INE.

Em igual período, o preço dos Bens registou um crescimento de 0,8% (0,9% em setembro), enquanto o IPC dos Serviços desacelerou 0,9 p.p., crescendo 1,3%, refletindo sobretudo a categoria de restaurantes e hotelaria (-3,9 p.p.).

Já o IPC subjacente, que exclui produtos energéticos e alimentares não transformados, cresceu 0,4%, menos 0,5 p.p. do que em setembro, e 0,6 p.p. abaixo do IPC total. Esta diferença reflete, em grande medida, a dinâmica do IPC da Energia que cresceu 7,3% em outubro (7% em setembro).

Figura 2.19. Taxa de Variação do IPC (Subjacente e Energéticos)
(MM12, VH, %)



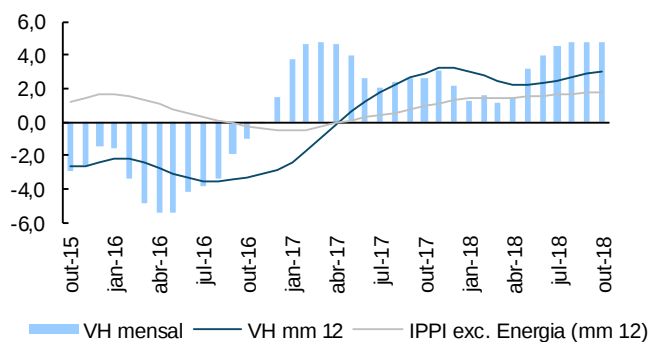
Fonte: INE.

Relativamente às classes do IPC, a que registou a maior queda, tal como no mês anterior, foi a classe do vestuário (diminuição de 3,7%), seguida da classe da restauração e hotelaria (-0,6%), que havia sido a categoria com o segundo maior crescimento no mês anterior. Já as classes dos transportes e bebidas alcoólicas e tabaco forma as que registam maior crescimento (+4,8% e +3,2%, respetivamente).

Em outubro, o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor registou, em Portugal, uma variação homóloga de 0,8%, enquanto a zona euro apresentou uma variação de 2,2%, levando a que o diferencial entre as duas aumentasse de -0,3 p.p. em setembro para -1,4 p.p. em outubro.

O Índice de Preços na Produção Industrial (IPPI) apresentou, em outubro de 2018, uma variação homóloga de 4,8%, mantendo-se inalterado face a setembro.

Figura 2.20. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



Fonte: INE.

Ao nível das secções industriais, para as quais existem dados disponíveis, a secção de Energia foi a que teve um maior aumento (15,8%), enquanto a secção industrial de Bens de Investimento teve a evolução menos favorável (0,1%). Com efeito, se excluirmos a secção da Energia, o aumento do IPPI teria sido de apenas 2%, menos 0,1 p.p. do que em setembro.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2018									
				fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	-0,7	1,9	0,7	0,4	0,1	-0,6	-0,3	1,1	-0,1	
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	1,4	0,6	0,7	0,4	1,0	1,5	1,6	1,2	1,4	1,0	
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	:	1,3	1,2	1,1	1,0	1,1	1,1	1,2	1,2	1,1	
IPC - Bens	VH	"	0,9	0,0	-0,2	0,3	0,6	1,3	1,1	1,0	0,9	0,8	
IPC - Serviços	"	"	2,1	1,4	2,1	0,6	1,7	1,9	2,3	1,6	2,2	1,3	
IPC Subjacente*	"	"	1,1	0,6	0,8	0,2	0,6	1,0	1,0	0,6	0,9	0,4	
Índice de Preços na Produção industrial	VH	"	3,3	1,6	1,2	1,5	3,2	4,0	4,5	4,8	4,8	4,8	
IHPC	"	"	1,6	0,7	0,8	0,3	1,4	2,0	2,2	1,3	1,8	0,8	
Diferencial IHPC PT vs. AE	p.p.	Eurostat	0,1	-0,4	-0,5	-1,0	-0,5	0,0	0,1	-0,7	-0,3	-1,4	

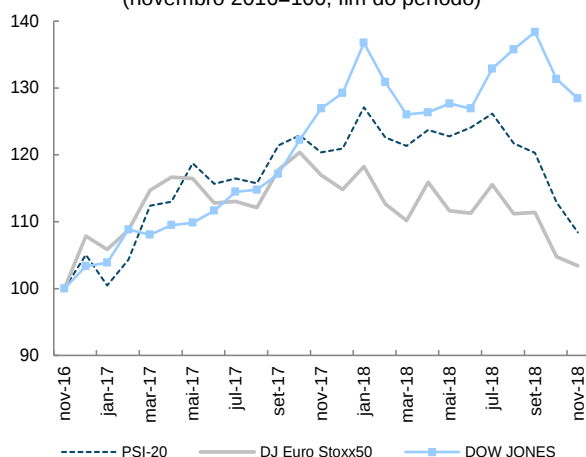
*IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos.

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Em novembro de 2018, a aversão ao risco continuou a ser a tônica dominante nos mercados financeiros internacionais, levando à continuação da quebra dos índices bolsistas, de forma mais acentuada para os EUA, afetados sobretudo títulos do sector tecnológico.

Assim, a 27 de novembro de 2018, os índices *Dow Jones* e *Euro Stoxx50* depreciaram-se cerca de 2% e 1% face ao final do mês de outubro, culminando numa diminuição de quase 1% e de 10%, respetivamente, para a totalidade do ano.

Figura 2. 21. Índices Bolsistas
(novembro 2016=100, fim do período)

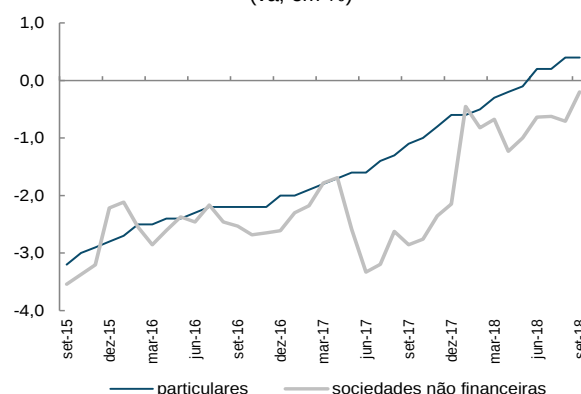


Fontes: CMVM; Finance Yahoo. Para novembro, o valor é do dia 27.

Quanto ao índice PSI-20, este também se desvalorizou em novembro de 2018, mais acentuadamente do que na área do euro, tendo, no dia 27, caído 4% face ao final de outubro, resultando numa perda de 10% em relação ao final do ano de 2017.

Em setembro de 2018, a variação anual dos empréstimos ao sector privado não financeiro foi de 0,2% em termos anuais (zero no mês precedente) em resultado da melhoria do crédito atribuído às empresas não financeiras.

Figura 2.22. Empréstimos ao Sector Privado
(va, em %)

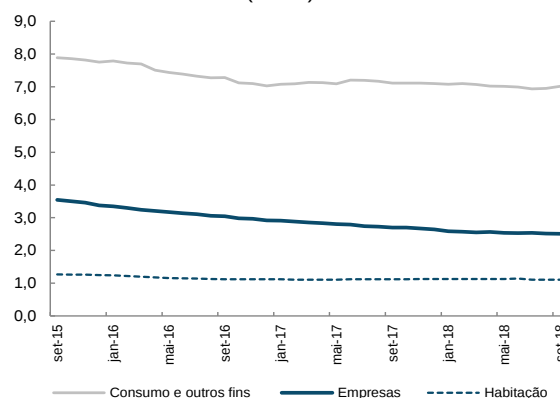


Fonte: Banco de Portugal.

A variação dos empréstimos destinados aos particulares foi igual à do mês precedente (+0,4%). Mas, enquanto se assistiu a uma melhoria do crédito atribuído à habitação e, para outros fins; o destinado ao consumo abrandou, embora tenha continuado a registar um forte crescimento.

Em setembro de 2018, as taxas de juro das operações do crédito diminuíram para as empresas, para 2,51% (2,70% em setembro de 2017). Para os particulares, registou-se uma ligeira subida devido ao aumento da taxa de juro dos empréstimos destinados ao consumo e outros fins; já que, a relativa à habitação manteve-se inalterada.

Figura 2.23. Taxas de Juro de Empréstimos
(em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2018									
				fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	19	2,0	16	17	19	18	17	19	19	19	
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	149	132	110	110	156	148	129	149	140	148	
PSI 20*	VC	CMVM	15,2	-3,6	-10	2,0	-0,8	11	17	-3,5	-12	-6,1	
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	-17	-16	-15	-14	-13	-11	-10	-0,9	-0,8	:	
- para consumo	va**	"	9,8	10,3	10,9	10,6	11,2	11,3	11,2	11,4	11,1	:	
Empréstimos a empresas	va**	"	-2,1	-0,8	-0,7	-1,2	-1,0	-0,6	-0,6	-0,7	-0,2	:	
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	1,13	1,13	1,13	1,13	1,13	1,14	1,11	1,11	1,11	:	
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	2,65	2,57	2,55	2,57	2,54	2,53	2,54	2,52	2,51	:	

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

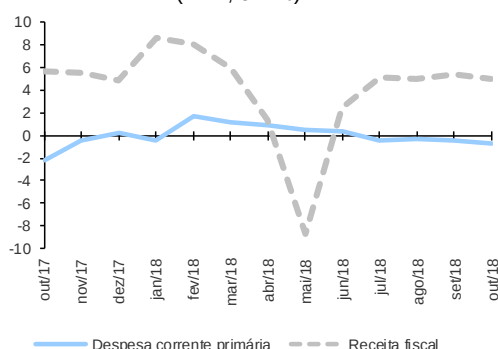
Finanças Públicas

No período compreendido entre janeiro e outubro, o sector das Administrações Públicas registou um saldo global excedentário de 259 milhões de euros¹, o que corresponde a uma melhoria de 2.072 milhões de euros relativamente ao período homólogo. Para este resultado contribuiu o aumento de 5,4%² observado na receita efetiva, que mais do que superou o aumento da despesa efetiva (2,1%). O acréscimo da receita é justificado, sobretudo, pela evolução da Receita Fiscal e contributiva. Quanto ao saldo primário, apresentou um excedente de 8.038 milhões de euros (aumento de 2.250 milhões de euros face ao período homólogo do ano anterior).

Estado

Até ao final do mês de outubro, o Estado apresentava um saldo negativo de 2.540 milhões de euros, o que corresponde, no entanto, a uma melhoria de 1.950 milhões de euros em termos homólogos. A evolução do saldo global assentou na combinação de um crescimento da receita efetiva (5,3%) com uma estagnação da despesa efetiva. Por outro lado, o saldo primário registou um excedente de 4.303 milhões de euros, valor que compara com o excedente de 2.290 milhões de euros observados em outubro de 2017.

Figura 2.24. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



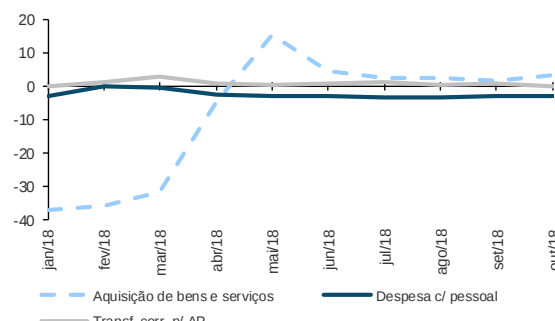
Fonte: DGO.

O crescimento da receita foi essencialmente impulsionado pela evolução de 5% na Receita Fiscal, dos quais, 2,8 p.p. provenientes de Impostos Diretos (crescimento de 6,5%) e 2,3 p.p. de Impostos Indiretos (4%). Neste contexto, o IVA apresentou um crescimento homólogo de 4,8%, o IRS de

4,4%, e o IRC um aumento de 11,1% (variação manifestamente superior à contração de 1,9% implícita no OE2018).

Quanto à despesa efetiva, cumpre destacar que a redução verificada na Despesa Corrente (-0,4%) foi compensada pelo aumento de 14,9% em despesas de capital, do qual se destaca o crescimento de 28,3% em Transferências de Capital para a Administração Central. No que se refere à Despesa Corrente, registe-se que as Despesas com Pessoal diminuíram 3,2%, sobretudo nos rendimentos certos e permanentes (não obstante o pagamento associado ao descongelamento das carreiras³, o que reflete o diferente perfil intra-anual do pagamento do vulgo subsídio de Natal quando comparado com 2017), tendo a contribuição financeira para o orçamento da União Europeia crescido 12,4%, a Aquisição de Bens e Serviços crescido 1,8% (devido ao reforço do capital do SNS para pagamento de dívida não financeira), e os Juros e Outros Encargos aumentado 0,9% (fruto da evolução dos encargos associados a OT e OTRV)⁴.

Figura 2.25. Despesa do Estado – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.8. Execução Orçamental do Estado

	2017	2018	2017	2018	2018			
	jan a out		jan a out		jul	ago	set	out
	10^6 euros		grau de execução (%)		VHA (%)			
Receita Efetiva	36 968	38 935	80,7	83,0	5,2	5,1	5,5	5,3
Receita corrente	36 895	38 872	80,8	83,1	5,3	5,2	5,5	5,4
Impostos diretos	14 645	15 592	80,5	85,4	7,1	6,6	6,8	6,5
Impostos indiretos	19 562	20 341	84,1	81,9	3,8	3,9	4,3	4,0
Despesa Efetiva	41 458	41 475	79,1	79,1	0,6	0,3	0,3	0,0
Despesa corrente primária	33 530	33 313	80,7	83,1	7,1	3,9	0,3	-0,6
Despesa corrente	40 310	40 156	80,3	79,9	0,3	0,2	-0,1	-0,4
Despesa com pessoal	7 616	7 370	85,6	80,5	-3,0	-3,0	-2,5	-3,2
Aquisição bens e serviços	702	714	33,5	46,0	3,1	0,6	1,3	1,8
Subsídios	55	45	52,2	36,3	111,3	48,8	14,6	-18,2
Juros	6 780	6 844	89,9	94,2	3,7	2,2	1,9	0,9
Transferências corr. p/ AP	22 860	22 681	81,8	80,9	-0,1	-0,4	-0,7	-0,8
Saldo Global	-4 490	-2 540	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	2 290	4 303	-	-	-	-	-	-

Fonte: DGO.

¹ Exceto se for referido o contrário, os valores indicados foram apurados numa base de caixa.

² Exceto se for referido o contrário, as variações em percentagem referem-se ao período homólogo do ano anterior.

³ No mês de setembro, a taxa de reposição referente ao descongelamento das carreiras passou de 25% para 50%.

⁴ Os juros inerentes à dívida direta do Estado refletem o aumento dos encargos com OT, decorrentes do aumento do saldo vivo com o pagamento de um cupão em abril, assim como das OTRV emitidas no segundo e terceiro trimestre do ano transato.

Serviços e Fundos Autónomos, (SFA) incluindo as Empresas Públicas Reclassificadas (EPR)

A execução orçamental dos SFA (incluindo o SNS e as EPR) revelou, até ao final do mês de outubro, um saldo global positivo de 82 milhões de euros, o que representa uma deterioração de 270 milhões de euros face ao ano anterior, sendo que excluindo EPR o saldo foi de 1352 milhões de euros (1238 milhões de euros até outubro de 2017).

Com efeito, as EPR tornaram a contribuir negativamente para o saldo global dos SFA com um défice de 1.270 milhões de euros, valor 384 milhões de euros inferior ao registado no período homólogo.

Não obstante o aumento da receita efetiva dos SFA (incluindo o SNS e as EPR) de 2,7%, o aumento concomitante da despesa efetiva (3,9%) conduziu a uma diminuição no saldo.

No aumento da receita efetiva destacam-se os aumentos de receita provenientes das Transferências correntes (2,1%) e de capital (27,9%) da Administração Central, de Taxas, multas e outras penalidades (12,3%)¹ – devido às taxas obtidas pelo IRN, propinas no Ensino Superior e portagens contabilizadas pela Infraestruturas de Portugal S.A. - e Outras Receitas Correntes (3,4%) – justificado pelo acréscimo de vendas do Fundo Ambiental. Em sentido contrário observaram-se quebras nas Contribuições para a SS, CGA e ADSE (2,9%), e a redução das Transferências de capital da União Europeia (3,2%).

O aumento da despesa efetiva deveu-se principalmente ao aumento de 13,1% em Aquisição de bens e serviços e do investimento (7,1%) justificado pelo Plano de Investimento em infraestruturas “Ferrovia 2020”.

A redução de 19,9% em Subsídios, devido à diminuição dos apoios ao IEF e ao diferente perfil de pagamento das indemnizações compensatórias, foi suficiente para colmatar a subida em Juros e outros encargos (10,3%).

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

O saldo global negativo de 376 milhões de euros registado na execução orçamental do SNS (ótica dos compromissos) representa um agravamento quando comparado com o ano anterior (-133 milhões de euros).

Tal comportamento reflete um aumento da receita efetiva de 3%, insuficiente para compensar o crescimento de 4,6% registado na despesa efetiva. Para a evolução da receita efetiva foi determinante o aumento de 3,2% das Transferências Correntes, apesar da redução das Outras receitas (-12,3%) e a receita com Taxas Moderadoras (-1,2%). Quanto à despesa efetiva, destacam-se os aumentos de 4,4% da despesa com a Aquisição de bens e serviços, refletindo essencialmente, os meios complementares de diagnóstico e terapêutica. Ademais, as Despesas com o pessoal cresceram 3,7% e as Despesas de capital em Investimento apresentaram um aumento expressivo de 49%.

Quadro 2.9. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos				dos quais: Empresas Públicas Reclassificadas			
	2017		2018		2017		2018	
	jan a out		jan a out		jan a out		jan a out	
	10 ⁶ euros	Grau de execução (%)	VHA (%)		10 ⁶ euros	Grau de execução (%)	VHA (%)	
Receita Efetiva	24 184	24 836	76,4	2,7	7 066	7 626	77,0	8,0
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	3 252	3 156	81,2	-2,9	-	-	-	-
Transferências correntes das Adm. Públicas	14 079	14 400	79,1	2,3	641	682	70,1	6,4
Despesa Efetiva	23 832	24 754	76,6	3,9	7 947	8 896	79,5	12,0
Despesa com pessoal	5 604	5 635	78,9	0,5	3 128	3 196	81,3	2,2
Aquisição de bens e serviços	5 766	6 521	82,9	13,1	2 312	3 040	90,2	31,5
Transferências correntes	9 156	9 164	78,8	0,1	63	69	88,2	10,4
Saldo Global	353	82	-	-	- 881	-1270	-	-

Fonte: DGO.

Quadro 2.10. Execução Financeira do SNS e Orçamental da CGA

Gráfico 2.10: Execução Financeira do SNS e Orçamentária da CGA

	Serviço Nacional de Saúde					Caixa Geral de Aposentações			
	2017		2018			2017		2018	
	jan a out					jan a out			
	10 ⁶ euros	VHA (%)	Grau de execução (%)			10 ⁶ euros	VHA (%)	Grau de execução (%)	
Receita Efetiva	7 486	7 707	3,0	79,8	Receita Efetiva	8 003	7 829	-2,2	79,0
Receita fiscal	86	92	7,4	83,6	Contribuições p/ a CGA	3 246	3 152	-2,9	81,2
Outra receita corrente	7 377	7 599	3,0	80,5	Quotas e contribuições	3 163	3 069	-3,0	81,3
Receita de capital	23	16	-32,1	14,6	Transferências correntes do OE	4 044	4 053	0,2	77,6
Despesa Efetiva	7 729	8 083	4,6	81,7	Complicação do OE	3 829	3 813	-0,4	77,5
Despesa com pessoal	3 110	3 225	3,7	80,2	Compensação por pagamento de pensões	215	240	11,7	77,7
Aquisição de bens e serviços	4 483	4 682	4,4	83,4	Despesa Efetiva	7 920	7 781	-1,8	78,1
Despesa de capital	58	86	47,6	57,1	Pensões	7 766	7 617	-1,9	78,2
Saldo Global	- 243	- 376	-	-	Saldo Global	83	48	-	-

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

¹ Reflete, em parte, a alteração do critério da receita da taxa de incidência sobre os seguros efetuada pelo INEM, que em 2017 foi considerada como imposto indireto.

Caixa Geral de Aposentações (CGA)

A execução orçamental da CGA apresentou até outubro um saldo global positivo de 48 milhões de euros, o que representa uma deterioração face ao período homólogo de 34 milhões de euros.

Este resultado reflete uma redução da receita efetiva de 2,2%, superior à diminuição de 1,8% registada na despesa efetiva. Destaca-se a diminuição ocorrida na rubrica Quotas e Contribuições para a CGA (-3%) de Pensões e Abonos da Responsabilidade da CGA (2,2%). Para esta redução contribuiu o diferente padrão intra-anual no pagamento das remunerações e pensões aos funcionários públicos e pensionistas, respetivamente.

Segurança Social

Até outubro, o saldo global da Segurança Social cifrou-se em 2.121 milhões de euros (1.845 milhões de euros até setembro), o que representa uma melhoria de 231 milhões de euros em termos homólogos.

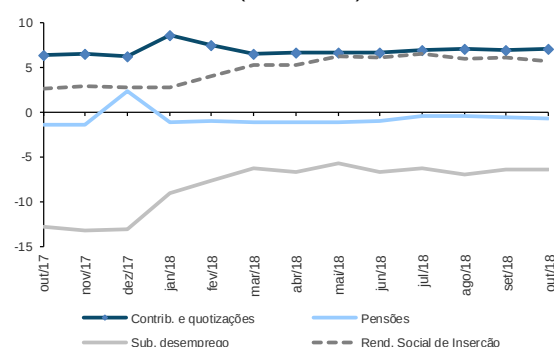
Para a melhoria no saldo resultou um crescimento da receita efetiva (3,1%), com um grau de execução de 79,4%, que mais do que superou o acréscimo da despesa efetiva (2,2%), que apresentou um grau de execução de 74,3%.

Para a evolução da receita contribuiu o aumento significativo da receita com Contribuições e Quotizações (7%), a evolução das Transferências Correntes da União Europeia (41,7%) e o crescimento dos Rendimentos (3,3%). A contrapartida, registou-se uma diminuição das Transferências Correntes da Administração Central (excluindo o regime substitutivo bancário) de 5,3%.

O comportamento da receita com Contribuições e Quotizações é justificado, sobretudo, pela melhoria da atividade económica, e consequente aumento da massa salarial, e pelo aumento da Retribuição Mínima Mensal Garantida. A redução das Transferências Correntes da Administração Central deve-se, essencialmente, à inexistência em 2018 da transferência extraordinária provida do OE para compensação do défice do sistema previdencial de Segurança Social (que atingiu 358 milhões de euros no período entre janeiro e outubro 2017).

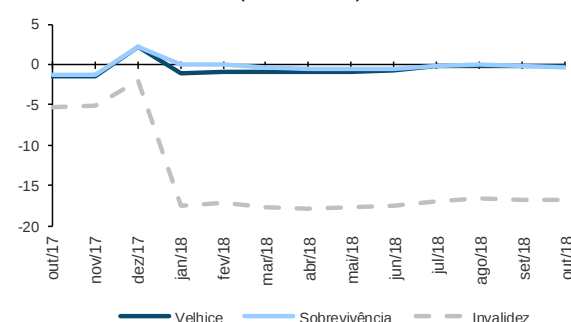
Relativamente à evolução da despesa, é de referir o aumento das Prestações Sociais (1,4%). Para tal contribuiu a: Prestação Social para a Inclusão (em parte compensada pela diminuição da despesa com Pensões de Invalidez) no valor de 218 milhões de euros; o aumento das Prestações de Parentalidade de 11,4%; o aumento do Subsídio Familiar a Crianças e Jovens em 6,4%; o Subsídio e Complemento de Doença com um aumento de 11,9%; e ainda os aumentos do Rendimento Social de Inserção (5,8%) e do Complemento Solidário para Idosos (3,1%). Por outro lado, observou-se uma redução de 6,3% das Prestações de Desemprego, em face da melhoria do mercado laboral, e da despesa com Pensões e Complementos (-0,6%), apesar da atualização extraordinária das pensões (+115,2 milhões de euros). Para a queda da despesa com Pensões e Complementos contribuiu, em parte, o diferente padrão intra-anual de pagamento do vulgo subsídio de Natal.

Figura 2.26. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Figura 2.27. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.11. Execução Orçamental da Segurança Social

	Segurança Social			
	2017	2018		
		jan a out		
	10 ⁶ euros		VHA	Grau de execução (%)
Receita Efetiva	21 649	22 316	3,1	79,4
Contribuições e quotizações	12 802	13 704	7,0	83,0
Transferências correntes da Administração Central *	7 444	6 959	-6,5	81,6
Despesa Efetiva	19 758	20 194	2,2	74,3
Pensões	13 023	12 940	-0,6	77,5
Pensões de velhice do reg. subst. bancário	373	367	-1,5	78,0
Subsídio de desemprego e apoio ao emprego	1 107	1 037	-6,3	76,7
Prestações e ação social	3 526	3 933	11,5	80,5
Saldo Global	1 891	2 122	-	-

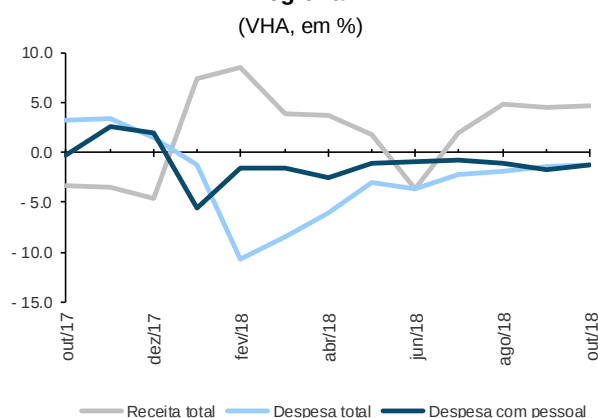
Fonte: DGO.

Administração Regional

A execução orçamental da Administração Regional no final de outubro apresentou um saldo global excedentário em 34 milhões de euros, dos quais 30 milhões de euros referentes à Região Autónoma da Madeira e 4 milhões de euros à Região Autónoma dos Açores. Nesse sentido, observou-se uma melhoria de 122 milhões de euros face ao ano anterior.

Para tal, a receita efetiva apresentou um crescimento de 4,7% essencialmente proveniente de Receita Fiscal que cresceu 8,4%, sendo de destacar o contributo do IVA (11,5%) e do IRC (36%). Por outro lado, a despesa efetiva apresentou uma redução de 1,2%, resultado da redução dos encargos com Juros e Outros Encargos (-12%), da Aquisição de Bens de Capital reduziu (-3%) e do Investimento (-11,4%) – devido, em parte, a efeito base.

Figura 2.28. Execução Orçamental da Administração Regional



Fonte: DGO.

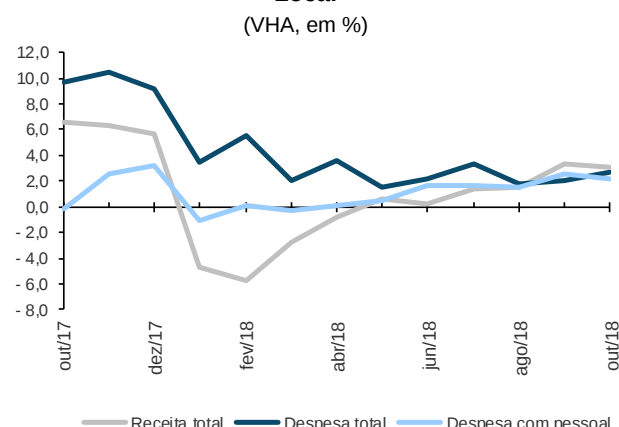
Administração Local

A Administração Local mantém a trajetória de saldos globais positivos. Até outubro, a execução orçamental apresentou um saldo global positivo de 562 milhões de euros, correspondendo a um acréscimo de 40 milhões de euros, face ao período homólogo.

Esta evolução está associada a um crescimento de 3,1% da receita efetiva, que mais que compensa o crescimento de 2,7% da despesa efetiva.

A evolução da receita efetiva reflete o aumento do Imposto Municipal sobre Imóveis (6,1%), do Imposto Municipal sobre Transmissões (15,1%) e do Imposto Único de Circulação (8,2%), bem como o crescimento de 2,3% das Transferências correntes. Na despesa efetiva destaca-se o aumento de 2,1% em Despesas com pessoal, que contrasta com as reduções em Transferências de capital (-25,5%) e na Aquisição de bens e serviços (-0,2%). Contudo a totalidade das Despesas de capital apresentou um aumento de 1%, justificado pelo aumento de 70 milhões de euros em Outras despesas de capital. Adicionalmente, verificou-se um aumento das Outras Despesas Correntes como resultado de decisões judiciais que produziram pagamentos extraordinários por parte da Câmara Municipal de Lisboa (53,8%).

Figura 2.29. Execução Orçamental da Administração Local



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional			Administração Local		
	2017	2018		2017	2018	
	jan a out			jan a out		
	10 ⁶ euros	VHA (%)		10 ⁶ euros	VHA (%)	
Receita Efetiva	2 039	2 134	4,7	6 186	6 379	3,1
Impostos	1 150	1 247	8,4	2 367	2 542	7,4
Transferências correntes	457	460	0,7	2 132	2 180	2,3
Despesa Efetiva	2 127	2 100	-1,2	5 663	5 816	2,7
Pessoal	848	838	-1,2	1 887	1 927	2,1
Aquisição de bens e serviços	559	542	-3,0	1 740	1 737	-0,2
Transferências correntes	162	163	0,6	521	548	5,1
Investimento	123	109	-11,4	1 045	1 044	-0,1
Saldo global	- 88	34	-	523	562	-

Fonte: DGO.

Dívida Pública

Dívida Pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

A dívida das Administrações Públicas (critério de Maastricht) em setembro diminuiu 315 milhões de euros face ao mês anterior, fixando-se em 248.955 milhões de euros. A Administração Central (AC) foi o subsector que mais contribuiu para a diminuição da dívida (menos 488 milhões de euros), sendo que para tal tenha contribuído o menor financiamento a outros subsectores (248 milhões de euros). Quando comparada com o final de 2017, a dívida das Administrações Públicas aumentou 6.151 milhões de euros (+2,5%).

Os depósitos detidos pela AC atingiram os 19.193 milhões de euros em setembro, o que representa um aumento de 417 milhões de euros em relação ao mês anterior. O aumento dos depósitos da AC, combinado com a redução da dívida da AC, conduziu a uma queda da dívida líquida de depósitos da AC para 229.762 milhões de euros.

Quadro 2.13. Dívida das Administrações Públicas
(milhões de euros)

	2017 dez	2018 ago	2018 set
Administrações Públicas	242 804	249 270	248 955
Por subsector:			
Administração Central	247 984	254 704	254 216
Administração Regional e Local	10 348	10 465	10 390
Segurança Social	1	1	1
Consolidação entre subsectores	15 528	15 901	15 653
por memória:			
Depósitos da Administração Central	14 735	18 776	19 193
Depósitos das Administrações Públicas	19 831	24 402	25 274

Fonte: Banco de Portugal.

No terceiro trimestre de 2018, as disponibilidades e aplicações na Tesouraria Central do Estado ascendiam a 15.896 milhões de euros, o que representa um aumento de 5.835 milhões de euros face ao trimestre anterior. Esta variação é explicada: (i) pela melhoria do saldo orçamental do Estado; e, (ii) pelo aumento do saldo da dívida direta do Estado.

Quadro 2.14. Disponibilidades da Tesouraria Central do Estado
(milhões de euros)

	31/dez/17	31/mar/18	30/jun/18	30/set/18
1. Depósitos no Banco de Portugal	8 953	13 072	7 577	13 599
2. Aplicações financeiras *	1 395	417	597	501
3. Contas em divisas ou no estrangeiro	11	5	4	5
4. Caixas	382	332	937	937
5. Outros **	176	165	944	854
6. Disponibilidades e aplicações (1)+(2)+(3)+(4)+(5)	10 916	13 991	10 060	15 896
7. Contas margem	528	217	527	442
8. Depósitos do Estado (6)-(4)-(7)	10 006	13 442	8 596	14 516

Nota: Não inclui os Depósitos dos clientes do IGCP em IC.

Fonte: DGO.

Dívida não Financeira das Administrações Públicas

Quadro 2.15. Dívida não Financeira das AP
(milhões de euros)

	2017 dez	2018 set	2018 out
Administrações Públicas	1 671	2 114	2 056
Por subsector:			
Administração Central	373	687	675
Administração Regional	294	272	252
Administração Local	1 003	1 156	1 130
Segurança Social	0	0	0

Fonte: DGO.

A dívida não financeira das Administrações Públicas em outubro diminuiu 58 milhões de euros em termos mensais para 2.056 milhões de euros. Este comportamento resultou da redução da dívida nos diferentes subsectores, nomeada-

mente: 26 milhões de euros na Administração Local; 20 milhões de euros na Administração Regional; e 12 milhões de euros na Administração Central. No entanto, quando comparado com o final de 2017, a dívida não financeira registou um aumento de 386 milhões de euros.

Os pagamentos em atraso das Administrações Públicas atingiram 1.120 milhões de euros no final de outubro, ou seja, menos 15 milhões que no mês anterior. Esta diminuição foi justificada pelo decréscimo nos Hospitais EPE (-0,9%) e na Administração Local (-4,1%). Quando comparado com o final de 2017, os pagamentos em atraso registam um aumento de 45 milhões de euros.

Quadro 2.16. Pagamentos em Atraso
(milhões de euros)

	2017 dez	2018 set	2018 out
Administrações Públicas	1 074	1 135	1 120
Por subsector:			
Administração Central (excl. saúde)	16	30	28
SNS	7	3	3
Hospitais EPE	837	859	851
Empresas Públicas Reclassificadas	12	13	12
Administração Regional	98	111	112
Administração Local	104	118	114
Segurança Social	0	0	0
Outras Entidades	1	0	0
Empresas públicas não reclassificadas	1	0	0
Adm. Públicas e outras entidades	1 075	1 135	1 120

Fonte: DGO.

Dívida Direta do Estado

Em outubro, a dívida direta do Estado aumentou 2.301 milhões de euros relativamente ao mês anterior (0,9%), fixando-se em 247.384 milhões de euros, sendo que após cobertura cambial atingiu 246.455 milhões de euros.

O aumento da dívida direta do Estado resulta, sobretudo, da emissão de BT no valor de 1.277 milhões de euros, da emissão líquida positiva de OT de 611 milhões de euros e, com menor impacto, do aumento do saldo dos Certificados do Tesouro em 117 milhões de euros.

Quadro 2.17. Movimento da Dívida Direta do Estado
(milhões de euros)

	30/set/18	2018 out			31/out/18
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transacionável	150 942	2 088	192	81	152 918
da qual: Bilhetes do Tesouro	13 273	1 277	0	0	14 550
da qual: Obrigações Tesouro	123 464	811	192	-7	124 075
Não Transacionável	37 857	2 885	2 621	0	38 121
da qual: Cert. Aforro e do Tesouro	28 132	247	138	0	28 241
da qual: CEDIC e CEDIM	5 708	2 417	2 417	0	5 707
Prog. de Ajustamento Económico	56 284	0	0	61	56 345
Total	245 083	4 973	2 814	142	247 384

Fonte: IGCP.

Emissões e Amortizações de Dívida

Já em novembro, o IGCP, E.P.E. realizou dois leilões de OT e dois leilões de BT:

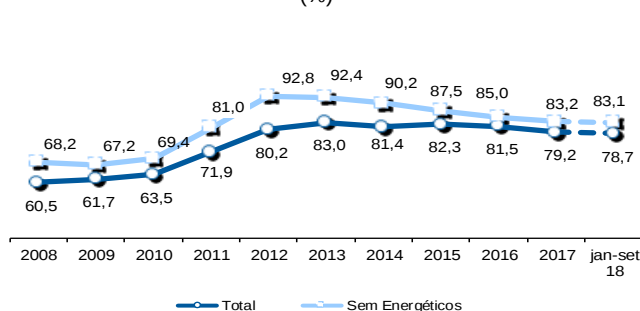
- No dia 14 foram colocados 498 milhões de euros a 5 anos (OT 4,95%Out2023) e 752 milhões de euros a 10 anos (OT 2,125%Out2028) na fase competitiva, a uma taxa média de 0,702% e de 1,908%, respetivamente;
- No dia 21 foram emitidos dois leilões de BT, tendo-se colocado 350 milhões de euros, a 6 meses, à taxa média ponderada de -0,369%, e 650 milhões de euros, a 12 meses, à taxa média ponderada de -0,327% na fase competitiva

3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com os resultados preliminares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos primeiros nove meses de 2018, as exportações de mercadorias cresceram 6,7%, em termos homólogos, com as importações a crescerem 7,8% ^[3]. Nesse período, o défice da balança comercial de mercadorias (fob/cif) agravou-se 12,4%. Excluindo os produtos energéticos, as exportações cresceram 6,5%, em termos homólogos, e as importações 6,8% (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-UE (milhões de Euros)	janeiro a setembro			VH	
	2017	2018	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	40 895	43 617	6,7	6,1	7,0
Importações (cif)	51 413	55 441	7,8	7,3	8,5
Saldo (fob-cif)	-10 519	-11 823	12,4	11,6	14,3
Cobertura (fob/cif)	79,5	78,7	-	-	-
Sem energéticos:					
Exportações (fob)	37 886	40 354	6,5	5,9	7,1
Importações (cif)	45 487	48 564	6,8	5,7	7,6
Saldo (fob-cif)	-7 601	-8 210	8,0	4,9	10,2
Cobertura (fob/cif)	83,3	83,1	-	-	-
Extra-UE (milhões de Euros)	janeiro a setembro			VH	
	2017	2018	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	10 580	10 457	-1,2	-0,2	-0,5
Importações (cif)	12 311	13 776	11,9	19,3	12,2
Saldo (fob-cif)	-1 731	-3 319	91,7	147,3	120,6
Cobertura (fob/cif)	85,9	75,9	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros nove meses de 2018, as exportações representaram 78,7% das importações, o que se traduziu num decréscimo de 0,8 p.p. na taxa de cobertura das importações pelas exportações, no período homólogo. Excluindo os produtos energéticos, as exportações passaram a representar 83,1% das importações (-0,2 p.p. que em igual período do ano transato).

Quadro 3.2. Balança Comercial: mês de setembro

Valores em milhões de Euros			
janeiro a setembro	2017	2018	TVH
Intra+Extra UE			
Exportações (fob)	40 895	43 617	6,7
Importações (cif)	51 413	55 441	7,8
Saldo (fob-cif)	-10 519	-11 823	12,4
Cobertura (fob/cif)	79,5	78,7	-
Intra UE			
Exportações (fob)	30 315	33 161	9,4
Importações (cif)	39 102	41 665	6,6
Saldo (fob-cif)	-8 787	-8 504	-3,2
Cobertura (fob/cif)	77,5	79,6	-
Extra UE			
Exportações (fob)	10 580	10 457	-1,2
Importações (cif)	12 311	13 776	11,9
Saldo (fob-cif)	-1 731	-3 319	91,7
Cobertura (fob/cif)	85,9	75,9	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros nove meses de 2018, o défice da balança comercial de mercadorias Intra UE recuperou 3,2% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a crescerem 9,4% e as importações 6,6%. O défice da balança comercial de mercadorias Extra UE agravou-se 91,7% (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2017	2018	TVH	2017	2018	TVH
jan	5 375	5 977	11,2	4 328	4 775	10,3
fev	5 179	5 608	8,3	4 347	4 608	6,0
mar	6 202	6 270	1,1	5 229	4 948	-5,4
abr	5 444	6 132	12,6	4 115	4 845	17,7
mai	6 342	6 327	-0,2	4 863	5 175	6,4
jun	5 860	6 868	17,2	4 744	5 185	9,3
jul	5 800	6 555	13,0	4 665	5 307	13,8
ago	5 312	5 773	8,7	3 954	4 045	2,3
set	5 902	5 932	0,5	4 650	4 729	1,7
out	6 409			4 870		
nov	6 114			5 204		
dez	5 553			4 060		
1º Trim	16 755	17 855	6,6	13 905	14 332	3,1
2º Trim	17 645	19 326	9,5	13 722	15 205	10,8
3º Trim	17 013	18 260	7,3	13 268	14 081	6,1
4º Trim	18 076			14 135		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, nº 11/2018").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de setembro de 2018 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 350 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE, em 2018). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

Nos primeiros nove meses de 2018, as exportações de mercadorias cresceram 6,7%, em termos homólogos. Excluindo os produtos energéticos, registou-se um crescimento de 6,5%.

Entre janeiro e setembro de 2018, destaca-se o contributo positivo dos produtos “Material de transp. terrestre e suas partes” (3,8 p.p.), dos “Minérios e metais” (0,8 p.p.) e dos “Agroalimentares”, “Energéticos” e “Produtos acabados e diversos” (0,6 p.p.). As “Máquinas e aparelhos e suas partes” são o grupo de produtos que maior peso tem nas exportações de mercadorias (14,2%). Seguem-se os “Material de transp. terrestre e suas partes” (13,6%), “Químicos” (12,1%) e “Agroalimentares” (11,9%) (Quadro 3.4).

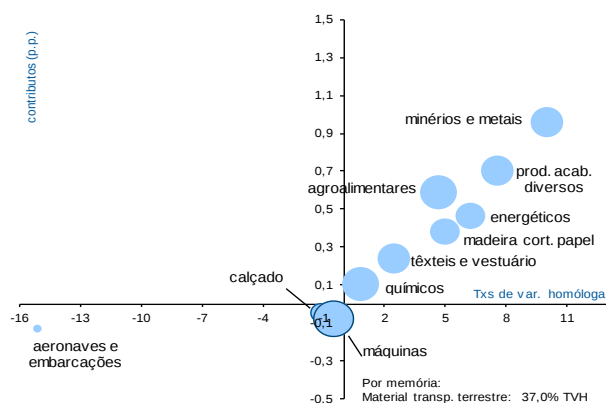
A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano a terminar em setembro de 2018.

Nesse período, a maioria dos grupos de produtos contribuiu positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias (7,0%). Mais uma vez, os produtos relativos aos “Material de transp. terrestre e suas partes” foram os que mais contribuíram para este comportamento (3,9 p.p.). De destacar ainda o contributo positivo dos “Minérios e metais” e dos “Produtos acabados e diversos” (1 p.p. e 0,7 p.p. respetivamente).

De referir, ainda, o contributo dos “Agroalimentares”, “Energéticos” e “Madeira, cortiça e papel”, para o crescimento das exportações de mercadorias (contributos de 0,6 p.p., 0,5 p.p. e 0,4 p.p., respetivamente).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)

Últimos 12 meses a terminar em setembro de 2018 (Total: 7%)



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos

(Fob)

Intra + Extra UE

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
			Anual		jan-set		últimos 12 meses ^[1]		jan-set	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
Total das Exportações	40 895	43 617	100,0	100,0	100,0	100,0	7,0	7,0	6,7	6,7
Agro-alimentares	4 980	5 208	11,5	12,5	12,2	11,9	4,7	0,6	4,6	0,6
Energéticos	3 008	3 263	8,3	7,2	7,4	7,5	6,3	0,5	8,5	0,6
Químicos	5 243	5 276	12,5	12,6	12,8	12,1	0,8	0,1	0,6	0,1
Madeira, cortiça e papel	3 115	3 285	8,1	7,5	7,6	7,5	5,0	0,4	5,4	0,4
Têxteis, vestuário e seus acessórios	3 957	4 041	9,2	9,6	9,7	9,3	2,5	0,2	2,1	0,2
Calçado, peles e couros	1 785	1 752	4,0	4,2	4,4	4,0	-1,1	0,0	-1,8	-0,1
Minérios e metais	3 951	4 277	11,7	9,7	9,7	9,8	10,0	1,0	8,2	0,8
Máquinas e aparelhos e suas partes	6 304	6 215	15,3	15,3	15,4	14,2	-0,5	-0,1	-1,4	-0,2
Material de transp. terrestre e suas partes	4 374	5 949	11,1	11,2	10,7	13,6	37,0	3,9	36,0	3,8
Aeronaves, embarcações e suas partes	325	265	0,5	0,8	0,8	0,6	-15,1	-0,1	-13,3	-0,1
Produtos acabados diversos	3 852	4 087	7,7	9,4	9,4	9,4	7,6	0,7	6,1	0,6
Por memória:										
Total sem energéticos	37 886	40 354	91,7	92,8	92,6	92,5	7,1	6,6	6,5	6,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em setembro de 2018.

[2] $(\text{out } 17\text{-set } 18) / (\text{out } 16\text{-set } 17) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share : $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

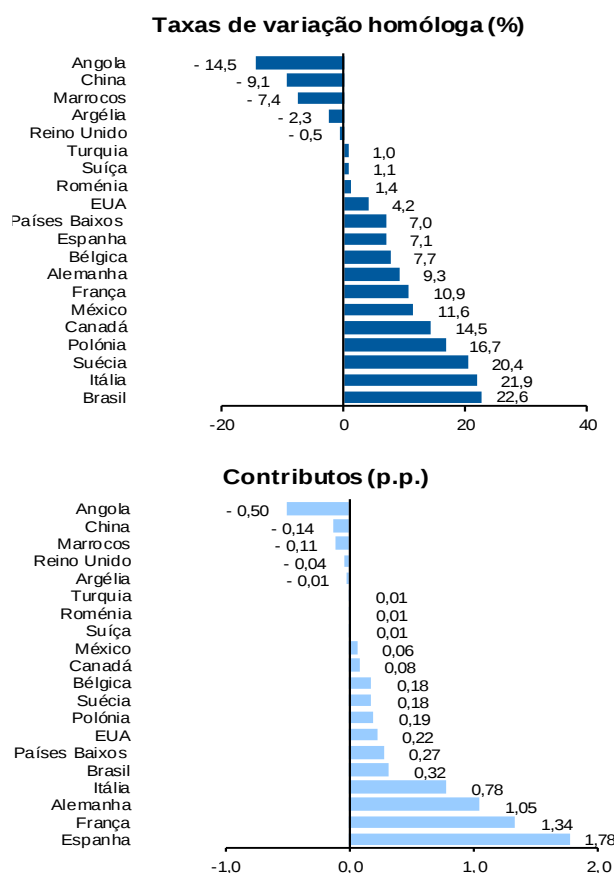
Nos primeiros nove meses de 2018, as exportações para a UE cresceram 9,4%, em termos homólogos e as exportações com destino aos países da UE-15 8,5%, com as exportações com destino aos Países do Alargamento a crescerem 25,7% e as exportações para países terceiros a decaírem 1,2% (Quadro 3.5).

As exportações de mercadorias para Espanha foram as que registaram o maior contributo para o crescimento Intra UE-15 das exportações (1,7 p.p.), seguidas das exportações para França e Alemanha (1,1 p.p. e 1 p.p. respetivamente).

No último ano a terminar em setembro de 2018, as exportações para os países Intra UE cresceram 9,8%, em termos homólogos e as exportações para os países da UE-15 9%. As exportações para Espanha (1,8 p.p.) e França (1,3 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações. Entre os países terceiros, destaca-se a variação homóloga positiva das exportações para Brasil (22,6%), Canadá (14,5%) e México (11,6%). No mesmo período, destaca-se o decréscimo das exportações com destino a Angola (14,5%) e China (9,1%), ainda que com um impacto pouco expressivo na variação homóloga das exportações totais (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos

Últimos 12 meses a terminar em setembro de 2018



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Intra + Extra-UE (Fob)

Destino	jan-set		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
			anual		jan-set		12 meses ^[1]		jan-set	
			2017	2018	2017	2018	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
	2017	2018								
TOTAL	40 895	43 617	100,0	100,0	100,0	100,0	7,0	7,0	6,7	6,7
Intra UE	30 315	33 161	71,1	74,1	74,1	76,0	9,8	7,2	9,4	7,0
dos quais:										
UE-15	28 713	31 148	67,8	70,1	70,2	71,4	9,0	6,3	8,5	6,0
Espanha	10 359	11 034	22,5	25,2	25,3	25,3	7,1	18	6,5	1,7
França	5 087	5 552	11,8	12,5	12,4	12,7	10,9	13	9,1	1,1
Alemanha	4 675	5 088	11,4	11,4	11,4	11,7	9,3	10	8,8	1,0
Reino Unido	2 739	2 714	5,3	6,6	6,7	6,2	-0,5	0,0	-0,9	-0,1
Países Baixos	1 640	1 690	4,1	4,0	4,0	3,9	7,0	0,3	3,0	0,1
Itália	1 423	1 807	3,7	3,5	3,5	4,1	21,9	0,8	27,0	0,9
Bélgica	958	1 026	3,1	2,3	2,3	2,4	7,7	0,2	7,1	0,2
Suécia	362	436	1,0	0,9	0,9	1,0	20,4	0,2	20,4	0,2
Roménia	293	306	0,6	0,7	0,7	0,7	14	0,0	4,3	0,0
Alargamento	1 601	2 012	3,2	3,9	3,9	4,6	22,7	0,9	25,7	1,0
Polónia	474	568	0,9	1,1	1,2	1,3	16,7	0,2	19,8	0,2
Extra UE	10 580	10 457	28,9	25,9	25,9	24,0	-0,5	-0,1	-1,2	-0,3
dos quais:										
EUA	2 149	2 260	4,1	5,2	5,3	5,2	4,2	0,2	5,2	0,3
Angola	1 321	1 122	6,6	3,2	3,2	2,6	-14,5	-0,5	-15,0	-0,5
Brasil	613	593	1,5	1,7	1,5	1,4	22,6	0,3	-3,3	0,0
China	618	513	1,7	1,5	1,5	1,2	-9,1	-0,1	-17,0	-0,3
Marrocos	559	544	1,0	1,3	1,4	1,2	-7,4	-0,1	-2,6	0,0
Suíça	436	432	0,9	1,1	1,1	1,0	1,1	0,0	-0,8	0,0
Turquia	291	320	0,8	0,7	0,7	0,7	1,0	0,0	10,2	0,1
Canadá	220	247	0,4	0,5	0,5	0,6	14,5	0,1	11,9	0,1
Argélia	200	207	0,9	0,5	0,5	0,5	-2,3	0,0	3,9	0,0
México	200	221	0,4	0,5	0,5	0,5	11,6	0,1	10,3	0,1
Por memória:										
OPEP ^[4]	1897	1630	9,2	4,7	4,6	3,7	-15,5	-0,8	-14,1	-0,7
PALOP	1769	1556	8,0	4,3	4,3	3,6	-11,6	-0,5	-12,1	-0,5
EFTA	596	575	1,1	1,4	1,5	1,3	-3,1	0,0	-3,5	-0,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2017.

[1] Últimos 12 meses a terminar em setembro de 2018.

[2] $(\text{out } 17\text{-set } 18) / (\text{out } 16\text{-set } 17) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \times 100$.

[4] Inclui Angola.

Importações de Mercadorias

De janeiro a setembro de 2018, as importações de mercadorias cresceram 7,8% (Quadro 3.6).

Destaca-se o contributo das importações de produtos “Energéticos” (1,8 p.p.), “Máquinas e aparelhos e suas partes” (1,7 p.p.). Seguem-se os “Químicos” (1,3 p.p.) e “Material de transp. terrestre e suas partes” (1,2 p.p.).

A UE-28 mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas (75,2%).

Nos primeiros nove meses de 2018, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário cresceram 6,6%, em termos homólogos, com as provenientes dos países da UE-15 a crescerem 6,3%, em termos homólogos e as dos países do Alargamento 11,7%.

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros cresceram 11,9%, em termos homólogos. A China destaca-se como sendo o principal mercado extracomunitário de origem das importações de mercadorias (3,1% do total). Seguem-se os EUA e a Rússia, ambos com 1,7%.

Quadro 3.6. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10º Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	jan-set		Anual		jan-set		12 meses ^[1]		jan-set	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	51 413	55 441	100,0	100,0	100,0	100,0	8,5	8,5	7,8	7,8
Grupos de Produtos										
Agro-alimentares	7 952	8 180	15,5	15,3	15,5	14,8	4,2	0,7	2,9	0,4
Energéticos	5 927	6 876	20,8	11,7	11,5	12,4	15,4	18	16,0	18
Químicos	8 323	8 988	16,4	16,0	16,2	16,2	8,7	14	8,0	13
Madeira, cortiça e papel	1630	1772	3,1	3,2	3,2	3,2	9,6	0,3	8,7	0,3
Têxteis, Vestuário e seus acessórios	3 130	3 217	5,6	6,1	6,1	5,8	2,9	0,2	2,8	0,2
Calçado, peles e couros	1229	1253	2,1	2,3	2,4	2,3	2,4	0,1	2,0	0,0
Minérios e metais	4 435	4 862	8,2	8,6	8,6	8,8	11,6	10	9,6	0,8
Máquinas e aparelhos e suas partes	8 710	9 568	14,8	17,3	16,9	17,3	10,0	17	9,9	17
Material de transp. terrestre e suas partes	6 276	6 891	7,8	12,3	12,2	12,4	10,3	13	9,8	12
Aeronaves, embarcações e suas partes	738	578	0,6	1,3	1,4	1,0	-16,4	-0,2	-21,6	-0,3
Produtos acabados diversos	3 063	3 256	5,1	6,0	6,0	5,9	6,6	0,4	6,3	0,4
Total sem energéticos	45 487	48 564	79,2	88,3	88,5	87,6	7,6	6,7	6,8	6,0
Mercados de origem										
Intra UE	39 102	41 665	71,5	76,4	76,1	75,2	7,4	5,7	6,6	5,0
dos quais:										
UE-15	37 252	39 599	68,8	72,8	72,5	71,4	7,2	5,2	6,3	4,6
Espanha	16 485	17 283	31,8	32,3	32,1	31,2	6,2	2,0	4,8	1,6
Alemanha	6 977	7 608	11,3	13,7	13,6	13,7	10,6	14	9,0	12
França	3 789	4 150	6,6	7,3	7,4	7,5	8,0	0,6	9,5	0,7
Itália	2 789	2 943	5,2	5,4	5,4	5,3	5,9	0,3	5,5	0,3
Países Baixos	2 744	2 888	4,8	5,4	5,3	5,2	8,5	0,4	5,2	0,3
Bélgica	1420	1575	2,5	2,8	2,8	2,8	10,4	0,3	10,9	0,3
Reino Unido	1388	1376	3,0	2,7	2,7	2,5	0,0	0,0	-0,9	0,0
Polónia	634	653	0,7	1,2	1,2	1,2	3,7	0,0	3,0	0,0
Suécia	500	526	1,0	0,9	1,0	0,9	0,5	0,0	5,2	0,1
Alargamento	1 850	2 066	2,7	3,6	3,6	3,7	11,3	0,4	11,7	0,4
Extra UE	12 311	13 776	28,5	23,6	23,9	24,8	12,2	2,9	11,9	2,8
dos quais:										
China	1552	1737	2,5	3,0	3,0	3,1	11,1	0,3	11,9	0,4
Rússia	1207	937	0,8	2,3	2,3	1,7	-20,4	-0,5	-22,4	-0,5
Brasil	956	780	2,4	1,8	1,9	1,4	-0,2	0,0	-18,4	-0,3
EUA	752	943	1,7	1,4	1,5	1,7	17,2	0,3	25,5	0,4
Azerbaijão	543	679	0,9	1,0	1,1	1,2	25,9	0,3	25,1	0,3
Turquia	502	639	0,6	1,0	1,0	1,2	21,7	0,2	27,3	0,3
Índia	461	494	0,6	0,9	0,9	0,9	8,3	0,1	7,1	0,1
Arábia Saudita	446	568	1,6	0,8	0,9	1,0	19,1	0,2	27,6	0,2
Cazaquistão	346	701	1,3	0,7	0,7	1,3	104,2	0,7	102,5	0,7
Coreia do Sul	297	350	0,3	0,6	0,6	0,6	23,7	0,1	18,2	0,1
Guiné Equatorial	239	357	0,8	0,6	0,5	0,6	84,0	0,3	49,4	0,2
Colômbia	278	214	0,5	0,5	0,5	0,4	-21,4	-0,1	-22,9	-0,1
Singapura	345	40	0,0	0,5	0,7	0,1	-85,4	-0,5	-88,5	-0,6
OPEP ^[4]	1330	2 179	9,5	2,7	2,6	3,9	40,2	12	63,8	17
EFTA	269	357	0,9	0,5	0,5	0,6	27,4	0,1	32,5	0,2
PALOP	207	717	3,2	0,5	0,4	1,3	94,1	0,6	245,9	10

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2017.

[1] Últimos 12 meses a terminar em setembro de 2018.

[2] $(\text{out } 17\text{-set } 18) / (\text{out } 16\text{-set } 17) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) + 100$.

[4] Inclui Angola.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

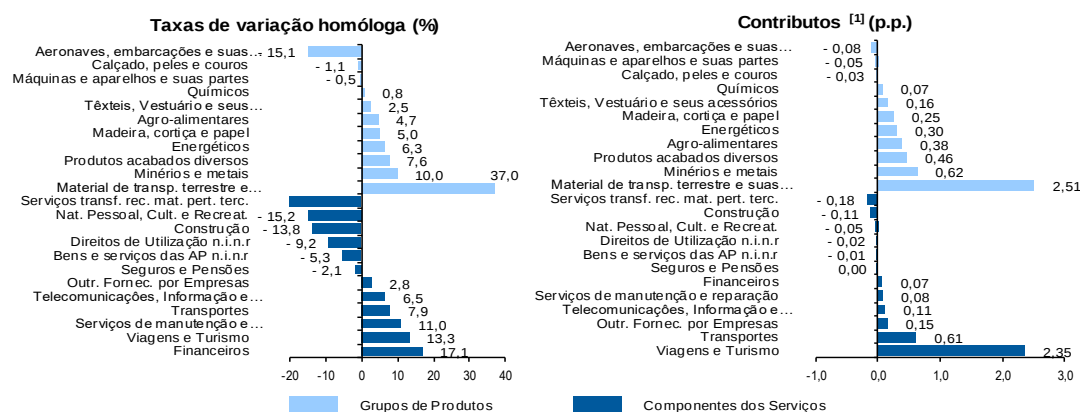
De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de setembro de 2018, nos primeiros nove meses de 2018, as “Exportações” (crédito) de Bens e Serviços cresceram 6,9%, em termos homólogos, tendo a componente dos Bens contribuído positivamente (4,3 p.p.) para o crescimento das “exportações” totais.

Nos primeiros nove meses de 2018, a componente dos Serviços representou 36% do total das “Exportações” e contribuiu positivamente (2,6 p.p.) para o seu crescimento. Do lado das “Importações” (débito) o peso desta componente foi de 17,7% no total e o seu comportamento reforçou o crescimento das “Importações” totais (7,9%) em 0,9 p.p., (Quadro 3.7).

No painel esquerdo da Figura 3.4 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em setembro de 2018, com base em dados do INE para as “Exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “Exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “Exportações” de Bens e Serviços.

No período em análise, destacou-se o contributo positivo dos produtos “Material de transp. terrestre e suas partes” (2,51 p.p.) e dos “Minérios e metais” (0,62 p.p.). Na componente dos serviços, continuam a destacar-se os contributos das rubricas de Viagens e Turismo (2,35 p.p.) e Transportes (0,61 p.p.).

Figura 3.4. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes
Último ano a terminar em setembro de 2018



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de Bens e Serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, Banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional de Mercadorias do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: TVH x Peso no período homólogo anterior + 100. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (7,6%).

Quadro 3.7. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

Valores em milhões de Euros											
	jan-set		Estrutura (%)				média anual 12-17	Taxas de variação e contributos			
	2017	2018	Anual		jan-set			12 meses ^[1]		jan-set	
			2017	2018	2017	2018		VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
CRÉDITO (Exportações)											
Bens e Serviços	62 768	67 105	100,0	100,0	100,0	100,0	5,5	7,6	7,6	6,9	6,9
Bens	40 192	42 918	68,8	64,1	64,0	64,0	4,0	7,1	4,6	6,8	4,3
Serviços	22 575	24 187	31,2	35,9	36,0	36,0	8,6	8,4	3,0	7,1	2,6
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	328	386	0,6	0,5	0,5	0,3	3,3	-35,3	-0,2	-43,4	-0,2
Serv. de manutenção e reparação	434	470	0,6	0,7	0,7	0,7	8,1	11,0	0,1	8,3	0,1
Transportes	4 807	5 099	8,0	7,8	7,7	7,6	4,9	7,9	0,6	6,1	0,5
Viagens e Turismo	11 570	12 887	13,4	13,0	13,4	13,2	12,0	13,3	2,4	11,4	2,1
Construção	480	417	0,9	0,8	0,8	0,6	2,7	-13,8	-0,1	-13,1	-0,1
Seguros e Pensões	104	108	0,2	0,2	0,2	0,2	4,6	-2,1	0,0	3,4	0,0
Financiários	239	269	0,7	0,4	0,4	0,4	-4,4	17,1	0,1	12,6	0,0
Direitos de Utilização n.i.n.r	308	91	0,1	0,2	0,2	0,1	27,8	-9,2	0,0	-15,9	0,0
Telecom., Informação e Informática	1 050	1 134	1,5	1,7	1,7	1,7	8,8	6,5	0,1	8,0	0,1
Outr. Fornec. por Empresas	3 127	3 254	4,6	5,3	5,0	4,8	8,3	2,8	0,2	4,1	0,2
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	218	173	0,4	0,3	0,3	0,3	0,6	-15,2	-0,1	-21,0	-0,1
Bens e serviços das AP n.i.n.r	109	99	0,3	0,2	0,2	0,1	-8,0	-5,3	0,0	-9,1	0,0
DÉBITO (Importações Fob)											
Bens e Serviços	59 753	64 479	100,0	100,0	100,0	100,0	4,7	8,3	8,3	7,9	7,9
Bens	48 854	53 045	83,5	81,9	81,8	82,3	4,3	9,0	7,3	8,6	7,0
Serviços	10 899	11 434	16,5	18,1	18,2	17,7	6,8	5,1	0,9	4,9	0,9
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	12	6	0,0	0,0	0,0	0,0	-12,0	-50,7	0,0	-48,6	0,0
Serv. de manutenção e reparação	339	307	0,4	0,5	0,6	0,5	14,3	-4,5	0,0	-9,2	-0,1
Transportes	2 661	2 850	4,7	4,5	4,5	4,4	3,7	8,1	0,4	7,1	0,3
Viagens e Turismo	3 256	3 525	4,6	5,3	5,4	5,5	7,8	7,9	0,4	8,3	0,4
Construção	77	90	0,2	0,1	0,1	0,1	2,5	16,4	0,0	15,5	0,0
Seguros e Pensões	299	310	0,4	0,5	0,5	0,5	6,8	3,0	0,0	3,8	0,0
Financiários	332	357	0,9	0,6	0,6	0,6	-5,9	3,5	0,0	7,5	0,0
Direitos de Utilização n.i.n.r	564	522	0,6	0,9	0,9	0,8	14,3	-5,2	-0,1	-7,4	0,0
Telecom., Informação e Informática	732	694	1,2	1,1	1,2	1,1	4,6	-10,5	-0,1	-5,2	-0,1
Outr. Fornec. por Empresas	2 370	2 488	2,7	4,1	4,0	3,9	14,1	6,7	0,3	5,0	0,2
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	367	332	0,7	0,3	0,3	0,3	-12,9	2,9	0,0	9,1	0,0
Bens e serviços das AP n.i.n.r	90	102	0,1	0,2	0,2	0,2	11,3	22,6	0,0	12,6	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

[1] 12 meses até setembro de 2018.

[2] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) + 100. Medem a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuível a cada categoria especificada.

Artigos

Em Análise

Comércio a Retalho em Portugal¹Paulo Machado² e Vanda Dore^{3 4}

1. Nota introdutória

O presente estudo visa caracterizar a atividade do Comércio a Retalho⁵ em Portugal, procurando analisar o sector nas suas dimensões económica, financeira e do mercado do trabalho.

“O sector do Comércio caracterizou-se, durante muitos anos, por uma significativa fragmentação num grande número de pequenas (micro) unidades empresariais e pela evidente distinção entre a vertente (ou sector) de produção e da distribuição, por um lado, e o comércio por grosso e a retalho, por outro. Estes conceitos sofreram alterações em virtude da evolução verificada (...) A evidência, por ventura mais notória traduziu-se na expansão generalizada das denominadas grandes superfícies (...). Em paralelo surgiram novos estabelecimentos muito especializados, tanto nas zonas nobres comerciais das principais cidades como em centros comerciais (...)”

(2012; BARRETA, J.)

De acordo com a definição apresentada em 1989 pela extinta Direção Geral do Comércio e Indústria (DGCI), pode designar-se de comércio “toda a atividade que se realiza com carácter profissional mediante a intermediação de bens e serviços no mercado”, ou seja, que tem como função principal colocar ao dispor do consumidor bens e serviços e, portanto, medeia a produção e o consumo, sem considerar qualquer transformação dos produtos adquiridos. Trata-se, assim, de uma atividade de mera intermediação entre o produtor e o consumidor do produto, pelo que o verdadeiro *output* da atividade se traduz na margem comercial (diferença entre o preço de venda e o preço de compra).

As atividades de comércio realizam-se de duas formas: por grosso e a retalho. No **comércio por grosso** estabelecem-se atividades de intermediação entre a produção dos bens/serviços e os pontos de venda ao público/consumidores desses produtos. Nesta forma de comércio enquadra-se a atividade de revenda por grosso dos bens/serviços, sem transformação, a empresas. No **comércio a retalho** estão incluídas todas as empresas que fazem a revenda desses bens/serviços aos consumidores, sejam eles pessoas, empresas ou instituições (2012; BARRETA, J.).

As atividades do comércio a retalho podem desenvolver-se das mais variadas formas, quer em estabelecimentos, que se definem consoante o tipo de produtos comercializados, como o comércio especializado ou não especializado, quer fora dos estabelecimentos, onde se inclui a venda em feiras, venda ambulante, venda por correspondência, venda ao domicílio e formas equiparadas (venda através da *internet* e venda em máquinas automáticas) (CAE Rev3 478 e 479).

Este estudo é composto por 5 capítulos. Apresenta uma breve nota introdutória à temática em estudo, seguindo-se uma caracterização do sector do comércio a retalho nas suas dimensões demográfica, económica e financeira. Elemento central do presente documento, o segundo capítulo, apresenta uma breve referência aos principais aspetos metodológicos do estudo e analisa os principais indicadores patrimoniais, financeiros e respetivos movimentos de criação e dissolução das empresas do sector do Comércio a

¹ No Tema Económico n.º 60, “O Comércio a Retalho em Portugal: Uma Perspetiva do Comércio Local e de Proximidade” apresenta-se uma análise detalhada dos Estabelecimentos do Comércio e, em especial do Comércio a Retalho, considerando a sua distribuição geográfica por concelhos.

² Gabinete de Estratégia e Estudos.

³ Gabinete de Estratégia e Estudos.

⁴ As opiniões expressas no documento são da responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a perspetiva do Ministério da Economia.

⁵ No âmbito dos objetivos do estudo, e tendo em conta a informação estatística disponível, o âmbito sectorial da análise enquadra-se na CAE Rev3 47 – Comércio a Retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos.

Retalho. Em complemento, dada a importância das Unidades Comerciais de Dimensão Relevante (UCDR) nesta temática, o capítulo 3 faz uma referência ao seu peso e evolução no contexto do comércio a retalho. No capítulo 4, avalia-se a importância económica do sector do Comércio a Retalho. Por fim, são apresentadas as principais conclusões do estudo, algumas perspetivas futuras para o sector e considerações finais.

2. Caracterização do Sector do Comércio a Retalho

1.1. Principais aspetos metodológicos do estudo

A informação estatística de base ao estudo encontra-se disponível ao nível da divisão (2 dígitos) da secção G⁶ da CAE Rev3⁷. Para efeitos de análise comparativa são considerados dados para as CAE 45⁸, 46⁹ e 47¹⁰.

As principais fontes estatísticas do estudo são:

- Demografia das empresas – constituições e dissoluções de empresas, INE e Ministério da Justiça;
- Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE), INE;
- Inquérito aos estabelecimentos comerciais - unidades comerciais de dimensão relevante, INE;
- Contas Nacionais Portuguesas (CNP), INE;
- Central de Balanços, Banco de Portugal.

1.2. Indicadores Económico-Financeiros das Empresas do Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos

As empresas cuja atividade principal se enquadra nas atividades de comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos representaram, em 2017, cerca de 61% das empresas, 58% do emprego, 43% do VAB, 50% da FBCF e 46% das remunerações do sector do comércio. Por outro lado, representaram 11% das empresas não financeiras, 12% do emprego, 8% do VAB, 7% da FBCF e 10% das remunerações totais.

Os dados para as empresas desta atividade mostram que o número de empresas tem vindo a decrescer desde 2010 até 2016, assistindo-se a um aumento homólogo de 0,7% do número de empresas em 2017. Nesse ano, e apesar do número de empresas continuar muito aquém do nível de 2010, o retalho volta a crescer. Por outro lado, o volume de negócios, as remunerações e a FBCF ultrapassam em 2017 os níveis observados em 2010. Em termos homólogos, todas as variáveis económicas apresentaram uma performance positiva em 2017, com destaque para a FBCF (+12,8%), o VAB (+6,5%), e o Volume de Negócios (+5,8%).

Apesar do desempenho positivo do retalho, o peso das empresas desta atividade nas empresas da secção G e no total das empresas decresceu cerca de 1 p.p. e 2,4 p.p., respetivamente, entre 2010 e 2017. No entanto, em sentido oposto, assiste-se a um aumento da importância relativa destas unidades no total do sector do Comércio face a 2010, em relação ao número de pessoas ao serviço (+1,6 p.p.), volume de negócios (+0,1 p.p.), VAB (+1,8 p.p.) e remunerações (+3,1 p.p.). Esta situação justifica-se pelo facto das empresas retalhistas terem tido um melhor desempenho (embora relativamente fraco) que as restantes empresas pertencentes ao sector. Não obstante, não deve ser ignorado o constante decréscimo do número de empresas desde 2010, menos 20230 empresas, assim como do número de pessoas ao serviço, menos 12760 indivíduos.

⁶ Secção G – Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos

⁷ Classificação Portuguesa das Atividades Económicas, Revisão3.

⁸ Divisão 45 – Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos.

⁹ Divisão 46 – Comércio por grosso (inclui agentes), exceto de veículos automóveis e motociclos.

¹⁰ Divisão 47 – Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos.

Resultante do comportamento do VAB e do emprego das empresas desta atividade, o valor anual do VAB por trabalhador (produtividade aparente do trabalho) cresceu, em termos homólogos, 3,7% (4,9% em 2016), crescimento inferior ao registado para o mesmo rácio para a secção G (4,1%) e próximo da média das empresas (3,7%). Neste mesmo ano, a remuneração anual média por trabalhador no comércio retalhista cresceu, face ao período homólogo, a uma taxa superior (3,7%) à observada nas empresas da secção respetiva (3,4%) e para o total das empresas (3,2%).

Quadro 1
Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos
- CAE Rev3 47 -
Principais indicadores económicos das empresas

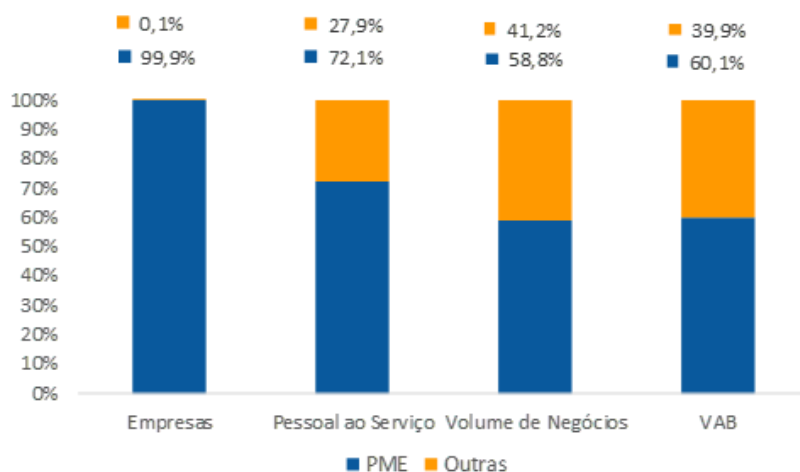
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Empresas (nº)	154 467	149 566	142 567	138 461	135 429	134 972	133 267	134 237
TVH(%)		-3,2	-4,7	-2,9	-2,2	-0,3	-1,3	0,7
Peso na Secção G	61,4	61,3	61,3	61,1	61,0	60,8	60,5	60,6
Peso no total das Empresas (1)	13,5	13,4	13,4	12,6	12,0	11,6	11,1	11,1
Pessoal ao Serviço (nº)	455 407	447 487	423 029	412 563	411 980	423 096	431 314	442 647
TVH(%)		-1,7	-5,5	-2,5	-0,1	2,7	1,9	2,6
Peso na Secção G	56,0	56,3	56,6	57,0	57,3	57,5	57,6	57,6
Peso no total das Empresas (1)	12,2	12,3	12,4	12,2	11,9	11,8	11,6	11,5
Volume de Negócios (M€)	47 168	45 422	43 394	43 110	43 984	44 869	46 363	49 063
TVH(%)		-3,7	-4,5	-0,7	2,0	2,0	3,3	5,8
Peso na Secção G	35,8	36,1	37,0	36,9	36,8	36,3	36,2	35,8
Peso no total das Empresas (1)	13,5	13,3	13,6	13,6	13,6	13,5	13,6	13,3
Valor Acrescentado Bruto (M€)	6 965	6 321	5 779	5 876	6 225	6 660	7 124	7 585
TVH(%)		-9,3	-8,6	1,7	5,9	7,0	7,0	6,5
Peso na Secção G	40,8	41,1	41,6	41,9	42,1	42,6	43,0	42,6
Peso no total das Empresas (1)	8,2	8,0	7,9	8,0	8,2	8,3	8,3	8,2
Formação Bruta de Capital Fixo (M€)	1 169	947	618	750	869	940	1 120	1 263
TVH(%)		-19,0	-34,8	21,4	15,9	8,2	19,1	12,8
Peso na Secção G	51,5	52,4	50,1	51,4	50,5	46,6	49,9	52,3
Peso no total das Empresas (1)	6,4	6,0	5,8	6,5	6,8	6,4	6,8	6,7
Remunerações (M€)	3 684	3 626	3 399	3 316	3 387	3 550	3 777	4 019
TVH(%)		-1,6	-6,3	-2,4	2,1	4,8	6,4	6,4
Peso na Secção G	43,5	44,2	44,5	45,0	45,3	45,6	46,4	46,6
Peso no total das Empresas (1)	9,7	9,8	9,8	9,8	9,8	9,8	10,0	9,9
Produtividade Aparente do Trabalho (€/trabalhador)	15 295	14 125	13 662	14 242	15 111	15 742	16 516	17 135
TVH(%)		-7,6	-3,3	4,3	6,1	4,2	4,9	3,7
Secção G	20 994	19 386	18 601	19 395	20 566	21 271	22 134	23 155
TVH(%)		-7,7	-4,1	4,3	6,0	3,4	4,1	4,6
Total de Empresas	22 761	21 846	21 474	21 646	22 071	22 506	23 054	23 917
TVH(%)		-4,0	-1,7	0,8	2,0	2,0	2,4	3,7
Remunerações / Trabalhador (€/trabalhador)	8 089	8 103	8 035	8 037	8 221	8 391	8 756	9 080
TVH(%)		0,2	-0,8	0,0	2,3	2,1	4,4	3,7
Secção G	10 411	10 337	10 222	10 184	10 405	10 577	10 869	11 236
TVH(%)		-0,7	-1,1	-0,4	2,2	1,6	2,8	3,4
Empresas	10 198	10 222	10 137	10 013	10 070	10 136	10 240	10 570
TVH(%)		0,2	-0,8	-1,2	0,6	0,7	1,0	3,2

Fonte: GEE a partir de dados do SCIE, INE.

Nota: (1) Empresas Não Financeiras classificadas nas secções A a S da CAE Rev.3, com exceção da Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória (Secção O).

Em 2016¹¹, cerca de 99,9% das empresas do comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos eram pequenas e médias empresas (com menos de 250 pessoas ao serviço). Estas empresas foram responsáveis por 72,1% do emprego, 58,8% do volume de negócios e 60,1% do VAB desta atividade.

Gráfico 1
PME no Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos
- CAE Rev3 47 -
- 2016 -



Fonte: GEE a partir de dados do SCIE, INE.

Nota: A definição de PME que aqui se apresenta apenas considera o número de pessoas ao serviço.

No período em análise, que inclui o período de contração económica em que Portugal se encontrava e o envolvimento do país no Procedimento por Défice Excessivo (PDE), verificou-se uma tendência para o decréscimo do Ativo e dos Capitais Próprios.

Após uma relativa estagnação entre 2012 e 2014, a partir de 2015 verifica-se uma tendência positiva no ativo, com contrapartida da redução do passivo via financiamento pelo capital próprio, situação que poderá estar relacionada com a maior dificuldade das empresas se financiarem junto da banca. Esta situação é acompanhada por uma redução no endividamento das empresas do comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos, pelo que em relação à sua autonomia financeira estas empresas têm assumido um comportamento positivo.

A rentabilidade dos ativos tem um comportamento evolutivo positivo a partir de 2013 sendo que, em 2016, a média para o comércio a retalho é de 7,7%, mais 1,4 p.p. que em 2010.

¹¹ Os dados recentemente disponibilizados para o SCIE, relativos a 2017, não se encontram desagregados por escalões de pessoas ao serviço. A informação atualizada apenas está disponível para o total nacional das empresas não financeiras, desagregada por CAE Rev3.

Quadro 2
Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos
- CAE Rev3 47 –
Indicadores patrimoniais e rácios financeiros

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
ATIVO TOTAL (M€)*	27 080,2	26 337,4	25 251,1	25 254,0	25 184,7	25 324,4	26 148,4
<i>Valor Médio por empresa (€)</i>	<i>548 381,2</i>	<i>528 321,8</i>	<i>509 680,0</i>	<i>502 496,6</i>	<i>498 055,5</i>	<i>493 317,2</i>	<i>514 894,2</i>
PASSIVO (M€)*	6 820,4	6 629,6	6 328,5	6 551,9	7 066,5	7 356,8	7 885,0
<i>Valor Médio por empresa (€)</i>	<i>138 115,1</i>	<i>132 988,3</i>	<i>127 737,0</i>	<i>130 368,2</i>	<i>139 748,9</i>	<i>143 309,1</i>	<i>155 266,0</i>
CAPITAL PRÓPRIO (M€)*	20 260,4	19 707,9	18 922,6	18 702,1	18 118,2	17 967,7	18 263,4
<i>Valor Médio por empresa (€)</i>	<i>410 279,6</i>	<i>395 335,9</i>	<i>381 943,5</i>	<i>372 128,8</i>	<i>358 307,1</i>	<i>350 008,1</i>	<i>359 628,1</i>
Liquidez Geral (%)	100,4	97,3	100,1	99,2	101,4	106,2	109,0
Autonomia Financeira (%)	25,2	25,2	25,1	25,9	28,1	29,1	30,2
Endividamento (%)	397,1	397,3	399,0	385,4	356,4	344,2	331,6
Rendibilidade dos Ativos (%)	6,3	4,4	3,9	4,7	6,0	6,9	7,7
<i>Por memória</i>							
<i>Nº de Empresas*</i>	<i>49 382</i>	<i>49 851</i>	<i>49 543</i>	<i>50 257</i>	<i>50 566</i>	<i>51 335</i>	<i>50 784</i>

Fonte: GEE, a partir de dados da Central de Balanços (Banco de Portugal).

Nota: * O valor total da variável resulta da multiplicação do respetivo valor médio pelo número de empresas.

1.3. Demografia das Empresas do Comércio a Retalho

Entre 2010 e 2017, as constituições de empresas de comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos representaram, em média, cerca de 50,6% das constituições de empresas do sector do comércio e 12,2% do total. Em relação às dissoluções, esta atividade representou cerca de 49,9% da Secção G e 14,7% do total da economia.

A evolução do número de constituições e de dissoluções de pessoas coletivas ou entidades equiparadas da atividade de comércio a retalho, exceto veículos automóveis e motociclos, assim como da Secção G assumiu um comportamento oposto ao registado para total das atividades económicas entre 2010 a 2012, com o número de dissoluções a ser superior ao de constituições no sector do comércio. Assim sendo, enquanto o saldo era positivo para o total, neste sector era negativo, o que traduzia um período de crise no sector, com o encerramento de muitas empresas retalhistas.

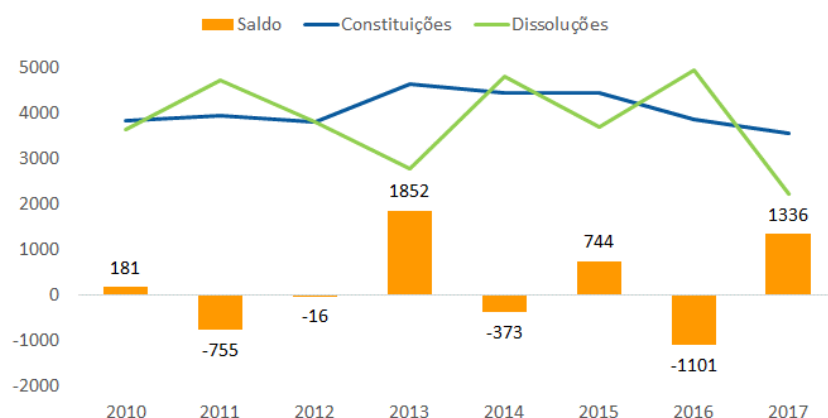
Em 2013 ocorre uma inversão da situação, com o sector do retalho a apresentar um saldo positivo (4430 constituições e 2778 dissoluções) - mais de 60% das constituições), semelhante ao comportamento para o total das atividades. Em 2015, apesar das dissoluções ainda representarem cerca de 80% das constituições de empresas da atividade retalhista, com o decréscimo registado nas dissoluções o saldo atinge novamente valores positivos, embora de pouca expressão. No ano que se seguiu (2016) as constituições de empresas desta atividade decresceram 13,2% enquanto as dissoluções cresciam, em termos homólogos, 34,3%. Em 2017, a recuperação da economia vem reverter a situação, pois apesar de se registar um decréscimo na constituição de empresas retalhistas (-7,3%), assiste-se a um abrandamento significativo do número de dissoluções (-55%). Este comportamento verificou-se igualmente ao nível do sector do Comércio e da média da economia.

Quadro 3
Constituição e Dissolução de Empresas
Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos
- CAE Rev3 47 –

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Constituição de Pessoas Coletivas e Entidades Equiparadas								
<i>Comércio a Retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos (CAE Rev3 47)</i>	3 823	3 950	3 795	4 630	4 425	4 424	3 842	3 561
<i>Secção G</i>	7 406	7 902	7 517	8 781	8 563	8 602	7 766	7 455
<i>Total</i>	28 722	33 028	29 175	33 618	33 552	35 666	35 234	38 497
Dissolução de Pessoas Coletivas e Entidades Equiparadas								
<i>Comércio a Retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos (CAE Rev3 47)</i>	3 642	4 705	3 811	2 778	4 798	3 680	4 943	2 225
<i>Secção G</i>	7 493	10 547	7 983	5 317	10 156	6 838	9 930	4 049
<i>Total</i>	22 315	32 990	25 828	18 054	35 903	23 941	36 706	14 811
Saldo (Constituições - Dissoluções)								
<i>Comércio a Retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos (CAE Rev3 47)</i>	181	- 755	- 16	1 852	- 373	744	- 1 101	1 336
<i>Secção G</i>	- 87	- 2 645	- 466	3 464	- 1 593	1 764	- 2 164	3 406
<i>Total</i>	6 407	38	3 347	15 564	- 2 351	11 725	- 1 472	23 686

Fonte: GEE, a partir de dados de base da Demografia das empresas - Constituição e Dissolução de Pessoas Coletivas e Entidades Equiparadas, INE e Ministério da Justiça.

Gráfico 2
Constituição e Dissolução de Empresas
Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos
- (Divisão 47 da CAE Rev3) –



Fonte: GEE, a partir de dados de base da Demografia das empresas - Constituição e Dissolução de Pessoas Coletivas e Entidades Equiparadas, INE e Ministério da Justiça.

3. Evolução das Unidades Comerciais de Dimensão Relevante

No âmbito da análise do presente estudo, importa referir as unidades comerciais de dimensão relevante (UCDR)¹², quer pelas especificidades destes estabelecimentos quer pela sua importância relativa na dinâmica do comércio a retalho em Portugal.

De acordo com a própria definição, as UCDR têm como atividade principal o comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos, excluindo as unidades de comércio a retalho de outros produtos, em

¹² De acordo com o INE, “entende-se por Unidade Comercial de Dimensão Relevante (UCDR) o estabelecimento, considerado individualmente ou no quadro de um conjunto pertencente a uma mesma empresa ou grupo de empresas, em que se exerce a atividade comercial e relativamente ao qual, se verificam as condições: i) Sendo de comércio a retalho alimentar ou misto, disponham de uma área de venda contínua igual ou superior a 2 000 m²; ii) Sendo de comércio a retalho não alimentar, disponham de uma área de venda contínua, igual ou superior a 4 000 m²; iii) Sendo de comércio a retalho alimentar ou misto, pertencentes a uma empresa ou grupo de empresas que detenha, a nível nacional, uma área de venda acumulada, de comércio a retalho alimentar, igual ou superior a 15 000 m²; Sendo de comércio a retalho não alimentar, pertencentes a uma empresa ou grupo que detenha, a nível nacional, uma área de venda acumulada igual ou superior a 25 000 m²”.

estabelecimentos especializados¹³. O conceito deixa, assim de parte, o comércio a retalho em bancas, feiras e unidades móveis de venda¹⁴ e o comércio a retalho não efetuado em estabelecimentos, bancas, feiras ou unidades móveis de venda¹⁵.

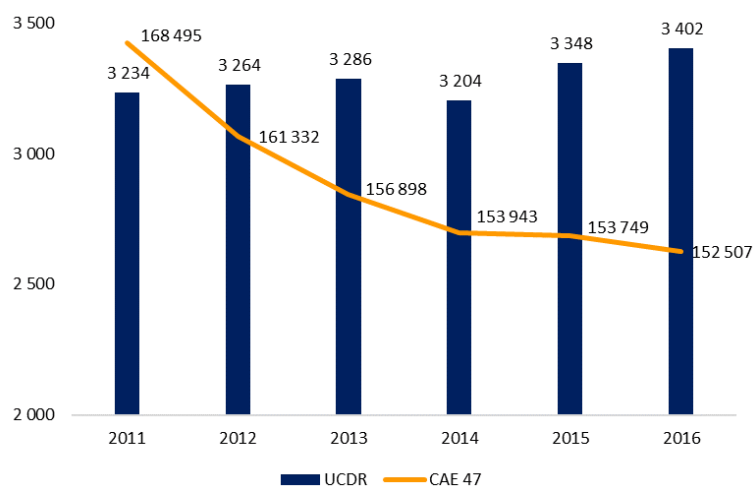
Com esta análise pretende-se verificar o peso das UCDR nos estabelecimentos retalhistas. Entende-se que, apesar do seu número de estabelecimentos ser claramente inferior no contexto total da atividade do comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos, dadas as suas características de concentração comercial elevada, o peso do volume de negócios e pessoal ao serviço poderá ser significativo.

Em 2016, existiam 3402 UCDR o que, face a 2011, representou um aumento de cerca de 5,2% no número destas unidades (mais 168 em relação a 2011). Esta evolução contrastou com a do número total de estabelecimentos do comércio a retalho que desde 2011 até 2016 decresceu em cerca de 15988 unidades, o que se traduziu num decréscimo na ordem dos 9,5%.

Verifica-se que, no período em análise, o número de estabelecimentos das UCDR apenas decresceu em 2014 (-2,5% face a 2013), sendo que nos restantes períodos registou-se sempre uma tendência de crescimento do número destas unidades a contrariar o registado no comércio a retalho onde subsiste uma constante tendência de redução do número total de estabelecimentos.

Em 2011 as UCDR representavam 1,9% do número estabelecimentos do comércio a retalho e, em 2016, cerca de 2,2%, o que poderia representar um crescimento significativo do seu peso CAE, mas este facto deve-se sobretudo ao decréscimo nos restantes estabelecimentos de comércio a retalho.

Gráfico 3
Número de Estabelecimentos da CAE Rev3 47 e de UCDR



Fonte: GEE, a partir de dados de base do Inquérito aos estabelecimentos comerciais - unidades comerciais de dimensão relevante. INE.

O número de pessoas ao serviço nos estabelecimentos tem um comportamento de parábola nas dimensões UCDR e CAE Rev3 47 no período em análise. No caso da generalidade do comércio retalho o ponto de inflexão dá-se em 2014 e nas UCDR em 2013. Este último em consonância com a taxa de desemprego nacional que atinge o seu valor mais elevado em 2013 com 16,2% tendo em 2014 registado um valor na ordem dos 13,9%¹⁶. A variação homóloga do emprego em 2016 é de cerca de 2% nos estabelecimentos de comércio a retalho e de 1,8% nas UCDR. Em 2016 o número de pessoas ao serviço nas UCDR representa cerca de 25,3% de todo o comércio a retalho, o que revela o peso das UCDR na estrutura laboral desta atividade económica.

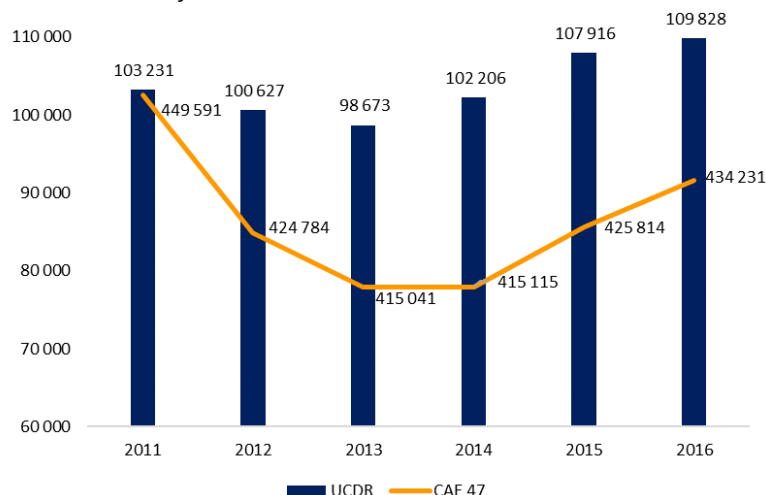
¹³ CAE Rev.3 473.

¹⁴ CAE Rev.3 478.

¹⁵ CAE Rev.3 479.

¹⁶ Fonte: INE – Inquérito ao emprego

Gráfico 4
Pessoal ao Serviço nos Estabelecimentos da CAE Rev3 47 e de UCDR



Fonte: GEE, a partir de dados de base do Inquérito aos estabelecimentos comerciais - unidades comerciais de dimensão relevante. INE.

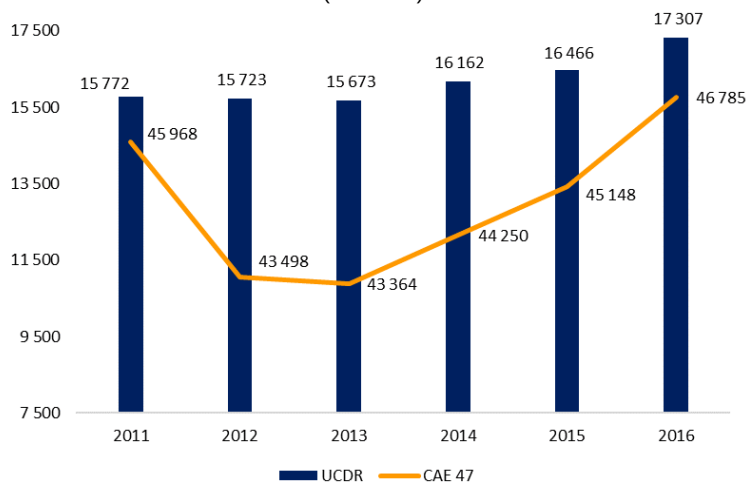
Em relação ao volume de negócios dos estabelecimentos, em ciclo com o pessoal ao serviço, entre 2011 e 2016, as duas dimensões (UCDR e CAE 47 Rev.3) também têm um comportamento parabólico no período entre 2011 e 2016.

Em 2013 registaram-se os valores mais baixos de volume de negócios das UCDR, 15,7 milhões de euros. A partir de 2014, inclusive, registou-se uma inversão na tendência decrescente atingindo-se em 2016 um volume de negócios na ordem dos 17,3 milhões de euros para as UCDR.

Salienta-se que no comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos, a partir de 2013, também se inicia um período de crescimento. Desde 2013 até 2016 há um crescimento no comércio a retalho em geral e UCDR de 7,9% e 10,4%, respetivamente.

Em 2016 o volume de negócios das UCDR tem um peso de cerca de 37% comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos, sendo este um valor muito significativo e que mostra a importância destas unidades no retalho. De salientar também que o volume de negócios em relação à secção G e para o total das atividade económicas revela um peso muito significativo de cerca de 13,5% e 5,1%, respetivamente¹⁷.

Gráfico 5
Volume de Negócios dos Estabelecimentos da CAE Rev3 47 e de UCDR
 (mil euros)



Fonte: GEE, a partir de dados de base do Inquérito aos estabelecimentos comerciais - unidades comerciais de dimensão relevante. INE.

¹⁷ Fonte: INE - Sistema de contas integradas das empresas

4. O Peso do Comércio a Retalho¹⁸ na Economia Portuguesa

O período analisado neste estudo foi um período conturbado para a economia portuguesa, que se encontrava em plena crise económica e financeira, com o Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF)¹⁹ a decorrer e em pleno Procedimento dos Défices Excessivos (PDE)²⁰.

Regras orçamentais apertadas, uma maior dificuldade na obtenção de crédito por parte das empresas e uma economia anémica exigiram um esforço adicional ao sector empresarial, em particular ao comércio a retalho, para superar a conjuntura desfavorável.

Em 2009, o PIB já havia decrescido em termos reais 3%, com uma recuperação em 2010, de cerca de +1,9%, voltando a decrescer nos 3 anos seguintes (-1,8%, -4% e -1,1%, respetivamente, em 2011, 2012 e 2013) fazendo com que, entre 2010 e 2013, o PIB tenha contraído 6,8% e o VAB 5,1%. O ano de 2014 marca uma viragem no desempenho da economia, demonstrando já alguns sinais de recuperação, com o PIB e o VAB a crescerem em termos reais cerca de 0,9% e 0,4%, respetivamente.

Os dados das Contas Nacionais Portuguesas a preços correntes (Base 2011) indicam que o VAB da atividade de comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos representou, em 2016, cerca de 7,3% do VAB dos Serviços, 5,5% do VAB nacional e 4,8% do PIB. O total da atividade da respetiva secção (Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos) pesou, nesse ano, 12,2% do PIB (12,1% em 2017).

No período em análise, o ano de 2011 foi aquele em que a atividade do comércio retalhista registou a maior taxa de crescimento nominal do VAB (4,2%). Em 2016, o crescimento do VAB desta atividade desacelerou 0,3% quando comparado com a sua performance em 2015 (taxa de variação homóloga de 3,3%). Neste mesmo ano, o valor do VAB da respetiva secção cresceu, em termos homólogos, 1,4%. Apesar de ainda não existirem dados disponíveis para esta atividade, o ano de 2017 revela perspetivas positivas para o comércio retalhista, uma vez que o valor do VAB da respetiva secção cresceu 3,4%. Entre 2010 e 2016, a importância relativa do VAB da atividade retalhista no comércio e no total nacional.

Em 2016, o comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos, foi responsável por 58,2% do emprego do sector do comércio, correspondendo a um efetivo de 411,3 mil empregos diretos (indivíduos) e a 8,8% do emprego nacional (+0,7 p.p. que em 2010). Neste ano, registou-se um crescimento homólogo de 2% do emprego desta atividade, sendo de destacar o crescimento homólogo de 6,4% registado em 2014. Tal como para o emprego, as remunerações têm registado um comportamento positivo desde 2014, sendo que, em 2016, cresceram a uma taxa superior (7,1%) à do emprego (2%).

¹⁸ Comércio a Retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos (CAE Rev3 47). Código 47 da Nomenclatura de Ramos de Atividade das Contas Nacionais Portuguesas (NRCN), Base 2011.

¹⁹ PAEF iniciou-se em 2011 e terminou em 2014.

²⁰ PDE iniciou-se em 2009 e terminou em 2017.

Quadro 4
Principais Agregados Macroeconómicos do Ramo Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos
- 2010 a 2017²¹ -

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017Po	% 47 / G		% Total Nacional		
									2010	2016	2010	2016	2017
VAB (M€)													
47 - Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos	8 158,5	8 502,8	8 488,2	8 567,2	8 633,9	8 916,3	8 944,9	n.d.	38,9	39,2	5,2	5,5	n.d.
<i>Taxa de variação (%)</i>		4,2	-0,2	0,9	0,8	3,3	0,3	-					
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	20 971,4	21 480,0	21 534,7	21 931,1	22 093,4	22 511,3	22 823,9	23 595,9	-		13,2	14,1	14,0
<i>Taxa de variação (%)</i>		2,4	0,3	1,8	0,7	1,9	1,4	3,4					
EBE/RM (M€)*													
47 - Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos	3 275,9	3 637,1	3 855,7	3 989,5	3 823,4	3 831,9	3 484,7	n.d.	34,1	33,5	4,4	4,4	n.d.
<i>Taxa de variação (%)</i>		11,0	6,0	3,5	-4,2	0,2	-9,1	-					
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	9 620,2	10 237,7	11 028,8	11 687,3	11 503,2	11 444,8	11 156,9	n.d.	-		13,0	14,0	n.d.
<i>Taxa de variação (%)</i>		6,4	7,7	6,0	-1,6	-0,5	-2,5	-					
Emprego													
Indivíduos (milhares)													
47 - Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos	394,2	392,7	381,5	370,2	394,0	403,3	411,3	n.d.	55,3	58,2	8,1	8,8	n.d.
<i>Taxa de variação (%)</i>		-0,4	-2,8	-3,0	6,4	2,4	2,0	-					
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	713,5	708,7	673,8	647,8	679,1	694,4	707,2	731,5	-		14,6	15,2	15,2
<i>Taxa de variação (%)</i>		-0,7	-4,9	-3,9	4,8	2,3	1,8	3,4					
ETC**													
47 - Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos	402,9	391,2	375,7	366,7	388,2	395,5	403,7	n.d.	55,6	58,1	8,7	8,9	n.d.
<i>Taxa de variação (%)</i>		-2,9	-4,0	-2,4	5,9	1,9	2,1	-					
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	724,3	702,2	661,4	640,2	669,0	681,8	694,4	n.d.	-		15,6	15,4	n.d.
<i>Taxa de variação (%)</i>		-3,0	-5,8	-3,2	4,5	1,9	1,8	-					
Remunerações (M€)													
47 - Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos	4 840,1	4 819,0	4 591,6	4 513,0	4 786,7	5 056,5	5 417,9	n.d.	43,2	47,3	5,7	6,6	n.d.
<i>Taxa de variação (%)</i>		-0,4	-4,7	-1,7	6,1	5,6	7,1	-					
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	11 204,8	11 090,3	10 349,7	10 016,4	10 420,4	10 906,4	11 461,7	12 010,9	-		13,2	14,0	13,9
<i>Taxa de variação (%)</i>		-1,0	-6,7	-3,2	4,0	4,7	5,1	4,8					
PESO DO VAB NO PIB													
47 - Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos	4,53	4,83	5,04	5,03	4,99	4,96	4,80	n.d.					
<i>diferencial (p.p.)</i>	0,3	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	-0,2						
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	11,7	12,2	12,8	12,9	12,8	12,5	12,2	12,1					
<i>diferencial (p.p.)</i>	0,5	0,6	0,1	-0,1	-0,2	-0,3	-0,1						

Fonte: GEE, com base em dados das Contas Nacionais Anuais Portuguesas (Base 2011), INE.

Notas: Po: Dados Provisórios.

* Excedente Bruto de Exploração/Rendimento Misto

** Equivalente a Tempo Completo

No seguimento do desempenho do VAB e do Emprego, o valor anual do VAB por trabalhador do comércio a retalho, exceto veículos automóveis e motociclos, tem vindo a registar um crescimento ao longo dos anos em análise, com exceção de 2014, ano em que o VAB cresceu a um ritmo significativamente inferior ao nível de emprego (0,8% e 6,4%, respetivamente).

Após a recuperação deste rácio em 2015, assiste-se a um decréscimo de 1,6%, em 2016, mantendo-se este rácio a níveis inferiores aos de 2012. O VAB por trabalhador do ramo em análise situa-se aquém dos níveis observados na Secção G e no total da Economia.

Neste mesmo período, as remunerações representaram, em média, cerca de 56,5% do VAB gerado pela atividade do retalho, sendo que estes valores são superiores aos observados no sector do comércio e na média nacional. Em 2016, o peso das remunerações no VAB ultrapassou os níveis observados em 2010,

²¹ Inclui dados das Contas Nacionais Provisórias de 2017 para a Secção G (Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos).

após as descidas observadas entre 2012 e 2014 ocorridas, em grande parte, pela descida nominal das remunerações do pessoal.

Quadro 5
VAB e Remuneração Média por trabalhador do Ramo Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos
- 2010 a 2016 -

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Secção G		Total Nacional	
								2010	2016	2010	2016
VAB por trabalhador (mil €/ano)	20,69	21,65	22,25	23,14	21,91	22,11	21,75	29,4	32,3	36,9	40,1
<i>Taxa de variação (%)</i>		4,6	2,7	4,0	-5,3	0,9	-1,6				
Remun anual média por trabalhador (mil€/ano)	12,28	12,27	12,04	12,19	12,15	12,54	13,17	15,7	16,2	17,4	17,6
<i>Taxa de variação (%)</i>		0,0	-1,9	1,3	-0,4	3,2	5,1				
Peso Remunerações/VAB (%)	59,3	56,7	54,1	52,7	55,4	56,7	60,6	53,4	50,2	53,6	50,5

Fonte: GEE, com base em dados das Contas Nacionais Anuais Portuguesas (Base 2011), INE.

5. Considerações Finais

As empresas cuja atividade principal se enquadra no comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos representaram, em 2017, cerca de 61% das empresas, 58% do emprego, 43% do VAB, 50% da FBCF e 46% das remunerações do sector do comércio. Em relação ao total da economia, estas empresas representaram 11% das empresas não financeiras, 12% do emprego, 8% do VAB, 7% da FBCF e 10% das remunerações totais.

Entre 2010 e 2017, as constituições de empresas de comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos representaram, em média, cerca de 50,6% das constituições de empresas da Secção G e 12,2% do total. As dissoluções nesta atividade representaram cerca de 49,9% do sector do comércio e 14,7% do total da economia.

Em 2016, existiam 3 402 unidades comerciais de dimensão relevante (UCDR), que representavam 2,2% do número estabelecimentos do comércio a retalho, e 25,3% do número de pessoas ao serviço e 37% do volume de negócios de todos os estabelecimentos de comércio a retalho.

Os dados das Contas Nacionais Portuguesas a preços correntes (Base 2011) indicam que o VAB da atividade de comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos representou, em 2016, cerca de 7,3% do VAB dos Serviços, 5,5% do VAB nacional e 4,8% do PIB. O VAB da atividade da respetiva secção (Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos) pesou, nesse ano, 12,2% do PIB (12,1% em 2017). Em 2016, o comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos ocupava o 5.º lugar no TOP 20 dos principais ramos de atividade geradores de VAB na economia nacional²², à frente da saúde humana, dos serviços financeiros, da restauração e similares e da eletricidade, gás e água. No topo desta lista encontram-se as atividades imobiliárias, que representaram 12,3% do VAB desse ano.

Em 2016, o comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos foi responsável por 58,2% do emprego do sector do comércio, correspondendo a um efetivo de 411,3 mil empregos diretos (indivíduos) e a 8,8% do emprego nacional (+0,7 p.p. que em 2010). No período em análise, as remunerações representaram, em média, cerca de 56,5% do VAB gerado pela atividade retalhista, sendo que estes valores são superiores aos observados na Secção G e em termos médios nacionais. Nesse ano o peso das remunerações no VAB ultrapassou os níveis observados em 2010, após as descidas observadas entre 2012 e 2014 (ocorridas, em grande parte, pela descida nominal das remunerações do pessoal).

Verifica-se assim que, esta é uma atividade com grande peso e importância na economia nacional. No entanto, trata-se também de um sector em mudança e que precisa de se atualizar.

Acompanhar as tendências de consumo é fundamental para que o comércio a retalho, na sua lógica local e de proximidade, possa crescer e ir ao encontro do que o consumidor procura. Em Portugal, assistiu-se

²² Dados das Contas Nacionais Anuais Portuguesas (Base 2011), INE

ao crescimento das grandes superfícies e à degradação do comércio tradicional, que não conseguiu acompanhar esta transformação. Por um lado, tivemos a grande distribuição que percebeu que a venda em quantidade de uma grande variedade de produtos a preços com margens muito baixas poderia ser uma fórmula para o sucesso e por outro tivemos o *boom* dos centros comerciais que procuravam ter todo o tipo de lojas num só espaço. Este modelo teve, e continua a ter, um grande sucesso entre nós, apesar de mais recentemente se assistir a uma alteração nos padrões de consumo que tendem a recuperar o comércio local de proximidade, graças à aposta na revitalização urbana.

No entanto, com o crescimento cada vez mais acentuado do comércio eletrónico, esta começa a ser uma ameaça para o retalho no geral. Cada vez mais as lojas chegam a nós através dos nossos dispositivos eletrónicos, dispensando a presença física dos agentes envolvidos nessas transações. Segundo o *European B2C Ecommerce Report 2018*, o volume de negócios do comércio a retalho *online* na Europa aumentou 11% em 2017 (cerca de 534 mil milhões de euros) e prevê-se que cresça em 2018 aproximadamente 13%, face ao ano anterior, o que representa cerca de 602 mil milhões de euros. Segundo o Eurostat²³, em Portugal o volume de negócios do retalho *online* representou uma fatia de 16% do volume de negócios total em 2017, mais 2 p.p. face a 2016.

Para além da importância do conhecimento de algumas tendências futuras como a digitalização do comércio a retalho, a existência de novos canais de distribuição, o crescente interesse na personalização dos produtos, a sensibilidade do consumidor ao fator preço, as novas técnicas de fidelização, a renovação arquitetónica dos espaços físicos, a especialização e inovação de produtos e serviços, importa perceber que o consumidor de hoje mudou e que vai continuar a mudar. Este agente económico, cada vez mais informado, irá obrigar a um maior grau de rapidez de adaptação e ajustamento do comércio a retalho às suas necessidades. Um dos fatores mais críticos é o estabelecimento de ligações comerciais e sociais fortes que podem ser realmente diferenciadoras numa época em que muitas vezes o contacto se faz apenas pelo ecrã de um dispositivo eletrónico.

²³ Dados para empresas não financeiras com 10 ou mais pessoas ao serviço.

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
Reunião Conselho ECOFIN 06 de novembro de 2018	Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 06 de novembro de 2018 destacam-se os seguintes temas: ▪ Conclusões sobre as estatísticas da UE: O Conselho adotou conclusões sobre a utilização de estatísticas oficiais europeias (Sistema Estatístico Europeu) no contexto do quadro de governação económica da UE. As conclusões analisam, entre outras questões, os progressos alcançados nas prioridades estabelecidas pelo Conselho no ano anterior, no que respeita à qualidade, comparabilidade e fiabilidade dos dados estatísticos utilizados no âmbito procedimento relativo aos défices excessivos, na vigilância dos desequilíbrios macroeconómicos e as estatísticas estruturais e fornecem orientações futuras. ▪ Orçamento da União Europeia de 2017 - Relatório do Tribunal de Contas Europeu: O Conselho procedeu a uma troca de impressões acerca dos resultados apresentados no Relatório anual do Tribunal acerca da gestão do orçamento geral da UE de 2017. O Tribunal apresentou uma opinião favorável sobre a fiabilidade das contas da União Europeia e considerou a receita isenta de erros materiais. Adicionalmente, O Tribunal reconhece que em 2017, uma parte significativa das despesas auditadas não foi afetada por um nível significativo de erros, emitindo assim, para em 2017, e pelo segundo ano consecutivo, uma opinião qualificada sobre pagamentos. Destaca-se, ainda, a aprovação, sem debate: ▪ De novas alterações às conclusões do Conselho ECOFIN de 5 de dezembro de 2017 sobre a lista da UE de jurisdições não cooperantes para efeitos fiscais, tendo o Conselho decidido a retirada da Namíbia da mesma. Por conseguinte, a lista ficou agora reduzida a cinco jurisdições (Guam, Ilhas Virgens Americanas, Samoa, Samoa Americana e Trinidad e Tobago), havendo atualmente um total de 65 jurisdições a cooperar ativamente com a UE na implementação das normas da boa governação fiscal. Destaca-se também, no domínio dos serviços financeiros: ▪ A adoção pelo COREPER, no dia 31 de outubro, da orientação geral do Conselho referente à proposta de Regulamento que altera o Regulamento (CE) n.º 575/2013 no que respeita ao provisionamento mínimo de perdas em créditos não produtivos (NPL). ▪ A adoção pelo COREPER, no dia 28 de novembro, da orientação geral do Conselho referente à proposta de Diretiva relativa à emissão e supervisão de obrigações cobertas (<i>covered bonds</i>).
Desenvolvimento de atividades espaciais - Empresas na área do espaço Conselho de Ministros de 8 de novembro de 2018	Aprovou o decreto-lei que estabelece o regime de acesso e exercício de atividades espaciais, visando atrair o desenvolvimento de produtos e serviços espaciais e de empresas e operações de valor acrescentado, baseadas em conhecimento e investigação, para estimular novas indústrias e empresas na área do espaço e afins, a operarem em Portugal.
Transposição de Diretiva - Proteção de depósitos bancários – Resolução ou insolvência de um banco Conselho de Ministros de 8 de novembro de 2018	Aprovou a proposta de lei que reforça a proteção dos depósitos bancários em caso de resolução ou insolvência de um banco e procede também à transposição da Diretiva (UE) 2017/2399, relativa à posição dos instrumentos de dívida não garantidos na hierarquia da insolvência, a qual reveste particular importância para o cumprimento dos requisitos mínimos de fundos próprios por parte das instituições de crédito.

Iniciativa	Sumário
Contrato Fiscal de Investimento – Benefícios fiscais	Aprovou as minutas de dois contratos fiscais de investimento, que atribuem benefícios fiscais, d a celebrar entre o Estado e:
Conselho de Ministros de 8 de novembro de 2018	- Font Salem Portugal S.A: crédito de imposto, em sede de IRC, até 17%, isenção de IMI durante 10 anos e isenção do Imposto do Selo, com um investimento associado de 40,1M€ e a criação de 51 postos de trabalho; - STE Exploração Plásticos Unipessoal crédito de imposto, em sede de IRC até 18%, com um investimento associado de 10,1M€ e a criação de 27 postos de trabalho até 2024.
Contrato Fiscal de Investimento- Resolução de Contrato Fiscal de Investimento	Declarou a resolução do contrato fiscal de investimento celebrado entre o Estado Português e a <i>Gypfor</i> – Gessos Laminados, S.A., por incumprimento dos objetivos estabelecidos no respetivo contrato celebrado em 2013.
Conselho de Ministros de 8 de novembro de 2018	
Políticas do Sector Energético	Aprovou o decreto-lei que altera o Fundo para a Sustentabilidade Sistémica do Sector Energético, criado com o propósito de, por um lado, conceder apoio financeiro às políticas do sector energético e, por outro, contribuir para a redução da dívida tarifária do Sistema Elétrico Nacional.
Conselho de Ministros de 15 de novembro de 2018	

2. Seleção de Medidas Legislativas

Assunto/Diploma	Descrição
Informação Empresarial Simplificada Decreto-Lei n.º 87/2018 - Diário da República n.º 210/2018, Série I de 2018-10-31	Simplifica o preenchimento dos anexos A e I da Informação Empresarial Simplificada.
Fundos Europeus Estruturais e de Investimento – Elegibilidade de pagamentos Decreto-Lei n.º 88/2018 - Diário da República n.º 213/2018, Série I de 2018-11-06	Revê as condições de elegibilidade dos pagamentos em número em candidaturas aos fundos europeus estruturais e de investimento.
Utilização sustentável de recursos Declaração de Retificação n.º 37/2018 - Diário da República n.º 214/2018, Série I de 2018-11-07	Retifica a Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2018, que promove uma utilização mais sustentável de recursos na Administração Pública através da redução do consumo de papel e de produtos de plástico, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 207, de 26 de outubro de 2018.
Lei orgânica do Governo Decreto-Lei n.º 90/2018 - Diário da República n.º 216/2018, Série I de 2018-11-09	Altera a orgânica do XXI Governo Constitucional.
Transposição de Diretiva – Moeda Eletrónica Decreto-Lei n.º 91/2018 - Diário da República n.º 217/2018, Série I de 2018-11-12	Aprova o novo Regime Jurídico dos Serviços de Pagamento e da Moeda Eletrónica, transpondo a Diretiva (UE) 2015/2366.
Conselho de Garantias Financeiras à Exportação e ao Investimento – Programa Internacionalizar Decreto-Lei n.º 94/2018 - Diário da República n.º 219/2018, Série I de 2018-11-14	Cria o Conselho de Garantias Financeiras à Exportação e ao Investimento.
Web Summit em Portugal, de 2019 a 2028 Resolução do Conselho de Ministros n.º 149/2018 - Diário da República n.º 220/2018, Série I de 2018-11-15	Aprova o acordo para organização do evento internacional <i>Web Summit</i> em Portugal, no período de 2019 a 2028, e autoriza a realização da respetiva despesa.

Assunto/Diploma	Descrição
Indemnizações Compensatórias – Empresas prestadoras de serviço público Resolução do Conselho de Ministros n.º 150/2018 - Diário da República n.º 222/2018, Série I de 2018-11-19	Aprova, para o corrente ano, a atribuição de indemnizações compensatórias às empresas prestadoras de serviço público.
Competências dos Secretários de Estado do Ministério da Economia Despacho n.º 10723/2018 - Diário da República n.º 223/2018, Série II de 2018-11-20	Delegação de competências do Ministro Adjunto e da Economia nos Secretários de Estado.
IAPMEI, I. P. e entidades e organismos públicos e entidades da envolvente empresarial Deliberação n.º 1278/2018 - Diário da República n.º 225/2018, Série II de 2018-11-22	Cria o Departamento de Projetos Especiais e Coordenação Institucional.
Órgãos municipais no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo – Transferência de competências Decreto-Lei n.º 98/2018 - Diário da República n.º 228/2018, Série I de 2018-11-27	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo.
Entidades intermunicipais no domínio da promoção turística – Transferência de competências Decreto-Lei n.º 99/2018 - Diário da República n.º 229/2018, Série I de 2018-11-28	Concretiza o quadro de transferência de competências para as entidades intermunicipais no domínio da promoção turística.
Entidades intermunicipais no domínio dos projetos financiados por fundos europeus e dos programas de captação de investimento – Transferência de competências Decreto-Lei n.º 102/2018 - Diário da República n.º 230/2018, Série I de 2018-11-29	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio dos projetos financiados por fundos europeus e dos programas de captação de investimento.
Código da Propriedade Industrial Lei n.º 65/2018 - Diário da República n.º 231/2018, Série I de 2018-11-30	Autoriza o Governo a aprovar um novo Código da Propriedade Industrial, transpondo as Diretivas (UE) 2015/2436 e (UE) 2016/943, e a alterar as Leis n.ºs 62/2011, de 12 de dezembro, que cria um regime de composição dos litígios emergentes de direitos de propriedade industrial quando estejam em causa medicamentos de referência e medicamentos genéricos, e 62/2013, de 26 de agosto, Lei da Organização do Sistema Judiciário.

Lista de Acrónimos

Lista de Acrónimos

Siglas	Descrição	Siglas	Descrição
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal	IPC	Índice de Preços no Consumidor
ADSE	Direção-geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública	IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
AE	Área do Euro	IRCT	Instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho
AL	Administração Local	IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
AR	Administração Regional	IS	Imposto do Selo
B&S	Bens e Serviços	ISM	Institute for Supply Management
BBL	Barrel	ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos
BCE	Banco Central Europeu	ISTAT	Instituto Nacional de Estatística da Itália
BdP	Banco de Portugal	ISV	Imposto sobre Veículos
BEA	<i>Bureau of Economic Analysis</i>	IUC	Imposto Único de Circulação
BGFRS	<i>Board of Governors of the Federal Reserve System</i>	IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
BLS	<i>Bureau of Labour Statistic</i>	MC	Ministry of Commerce of China
BT	Bilhetes do Tesouro	MTSSS	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
BVLPI	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto	NBSC	National Bureau of Statistics of China
CE	Comissão Europeia	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
CEDIC	Certificados Especiais da Dívida Pública de Curto Prazo	OMC	Organização Mundial do Comércio
CGA	Caixa Geral de Aposentações, IP	ONS	Instituto Nacional de Estatística do Reino Unido
CMM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	OT	Obrigações do Tesouro
CN	Contas Nacionais	PIB	Produto Interno Bruto
COGJ	<i>Cabinet Office Government of Japan</i>	PSI	<i>Portuguese Stock Exchange</i> (Economia)
CPB	<i>Bureau for Economic Policy Analysis</i>	SDDS	Special Data Dissemination Standard
DGEG	Direção-geral de Energia e Geologia	SNS	Serviço Nacional de Saúde
DGO	Direção-geral do Orçamento	UE	União Europeia
DGT	Direção-geral do Tesouro	VAB	Valor Acrescentado Bruto
E.P.E	Entidade Pública Empresarial	Yahoo	Finance Yahoo
EPA	<i>Economic Planning Agency</i>		
EUROSTAT	Instituto de Estatística da União Europeia		
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo		
FMI	Fundo Monetário Internacional		
FSO	Instituto Nacional de Estatística da Alemanha		
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia		
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais		
IEFP	Instituto do Emprego e da Formação Profissional, IP		
IGCP	Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, EPE		
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social		
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		
INE	Instituto Nacional de Estatística, IP		
INSEE	Instituto Nacional de Estatística da França		

Siglas	Unidades
%	Porcentagem
MM3	Média móvel de três termos
p.b.	Pontos base
p.p.	Pontos percentuais
SRE	Saldo de respostas extremas
VA	Valores acumulados
VC	Variação em cadeia
VCS	Valor corrigido de sazonalidade
VE	Valor efetivo
VH	Variação homóloga
VHA	Variação homóloga acumulada
VITA	Variação intertabelas anualizada. Refere-se a IRCT publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respetivo ano.

Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.

: representa valor não disponível.

- Não se aplica.